



Montepio Seguros SGPS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO

Exercício de 2016

Maio de 2017

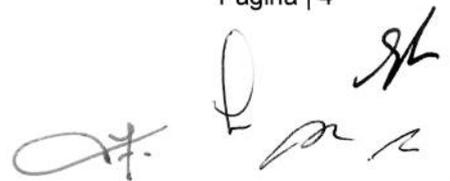
[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large signature on the left and several smaller initials on the right.

ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS.....	5
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO.....	7
I. A DINÂMICA DOS MERCADOS	11
A. Enquadramento macroeconómico.....	11
B. Enquadramento do mercado segurador nacional.....	11
II. FACTOS RELEVANTES EM 2016	12
III. A DINÂMICA EMPRESARIAL	13
A. Síntese	13
B. A atividade seguradora	13
1. Produção de seguro direto.....	13
2. Custos com sinistros de seguro direto	13
3. Custos e gastos de exploração de seguro direto	14
4. Resseguro cedido.....	14
5. Custos por natureza a imputar.....	14
C. A atividade da gestão dos fundos de pensões	15
D. Ativos Financeiros.....	15
E. Margem de solvência.....	15
F. Resultado líquido e capitais próprios.....	16
G. Recursos humanos	16
IV. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	16
V. PERSPETIVAS PARA 2017	17
A. A atividade económica.....	17
B. O enquadramento do mercado segurador.....	18
C. A estratégia para o triénio 2017-2019	18
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	21
NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADOS	31
CERTIFICAÇÕES.....	109

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

Handwritten signatures in black ink, including a large stylized signature on the left and several smaller ones on the right.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente	Vitor José Melícias Lopes
Vice-Presidente	José Joaquim Fragoso
Secretário	O Secretário da Sociedade

Conselho de Administração

Presidente	Virgílio Manuel Boavista Lima
Vice-Presidente	Eduardo José da Silva Farinha
Administradores	Fernando Dias Nogueira Maria Manuela Traquina Rodrigues Paulo José Martins Jorge da Silva

Conselho Fiscal

Efetivo	José Augusto Perestrello Alarcão Troni
Efetivo	Gabriel Fernando Martins de Mesquita Gabriel
Efetivo	Paula Alexandra Flores Noia da Silveira
Suplente	Maria Fernandes Rodrigues Fernandes

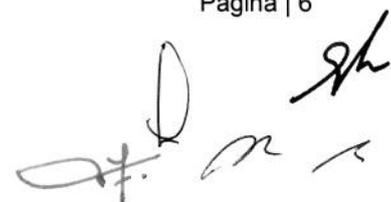
Revisor Oficial de Contas

Efetivo	KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada por Ana Cristina Soares Valente Dourado
Suplente	Miguel Pinto Douradinha Afonso

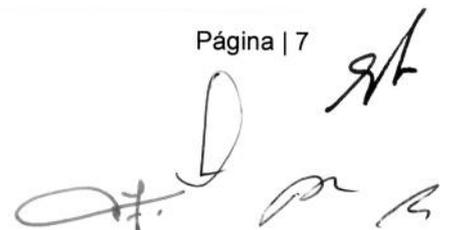
Secretários da Sociedade

Efetivo	Carla Fernanda dos Santos Cadilhe
Suplente	Susana Raquel dos Anjos Pacheco

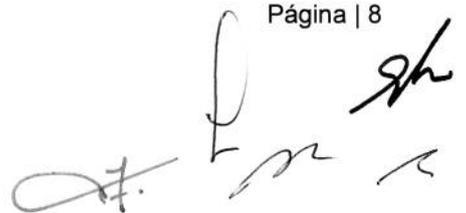
[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized 'D' and several other scribbles.

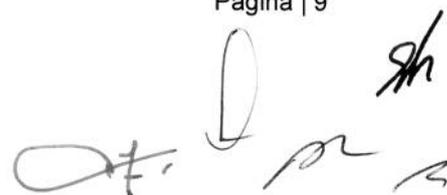
RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized signature and several smaller initials.

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

A handwritten signature in black ink, consisting of several stylized, overlapping loops and lines, located in the bottom right corner of the page.

O Conselho de Administração da Montepio Seguros SGPS, nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade, apresenta o Relatório e Contas Consolidado relativo ao exercício de 2016.

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized signature on the left and several smaller initials on the right.

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

Handwritten signatures in black ink, including a large stylized signature and a smaller one to its right.

I. A DINÂMICA DOS MERCADOS

A. Enquadramento macroeconómico

O desempenho da economia portuguesa no ano 2016 permitiu um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,2%. Este resultado positivo confirma um percurso de recuperação, mas ainda modesto, que se deveu, essencialmente, a uma aceleração mais forte das exportações. A procura interna apresentou também um contributo mais positivo para o PIB, reflexo de um maior consumo de bens duradouros por parte das famílias.

O índice que mede a produção industrial em Portugal terminou 2016 em forte alta, registando um crescimento homólogo de 5,1% em dezembro. Esta aceleração ficou a dever-se ao desempenho do agrupamento de energia, bem como à recuperação das indústrias transformadoras.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), a taxa de desemprego fixou-se no final do ano passado em 10,2%, o que representa uma diminuição em relação a 2015. Este desempenho resulta da diminuição do número de desempregados, bem como de um acréscimo da população empregada. A estimativa provisória da população desempregada em dezembro foi de 519,5 mil pessoas e a da população empregada de 4,587 milhões de pessoas.

A inflação portuguesa registou uma variação média anual de 0,6% em 2016, o que significa um aumento de 0,1 pontos percentuais em relação a 2015, ano em que o Índice de Preços no Consumidor (IHPC) apresentou um aumento médio anual de 0,5%. A aceleração do IHPC foi determinada, sobretudo, pelo comportamento dos preços dos produtos energéticos, com particular destaque para os combustíveis.

No que se refere à dívida pública, o ano de 2016 caracterizou-se pelo agravamento deste indicador, atingindo um valor de 241,1 mil milhões de euros, mais 4,1% face a 2015 e correspondendo a um rácio de 130% do PIB.

No que respeita à economia da Zona Euro, o crescimento em 2016 ficou acima do esperado, fixando-se em 1,7% e o desemprego atingiu mínimos de 2009, sendo que Portugal foi o país que registou a segunda maior descida da taxa de desemprego.

B. Enquadramento do mercado segurador nacional

De acordo com os dados da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), o volume da produção de seguro direto em Portugal voltou a registar em 2016 um decréscimo na produção de seguro direto, alcançando os 10,9 mil milhões de euros.

Em 2015, o mercado registou uma quebra de 11,4%, que se acentuou em 2016, com um decréscimo na sua produção de 14,1%.

O desempenho do mercado segurador deveu-se, sobretudo, ao ramo Vida, cuja produção reduziu-se em 23%, representando 6,7 mil milhões de euros. No ano de 2014, o ramo Vida registava uma produção superior a 10,4 mil milhões de euros de produção.

No que respeita ainda ao segmento Vida, o volume da produção dos produtos não ligados a fundos de investimentos diminuiu pelo segundo ano consecutivo, alcançando aproximadamente 5 mil milhões de euros. A sensibilidade deste tipo de produtos ao contexto macroeconómico e prudencial justifica a perda de 23,2% da produção. Os seguros ligados a fundos de investimento, apesar de menos



sensíveis ao contexto das taxas de juro e ao novo regime de solvência, registaram, também, uma quebra das contribuições (-22,3%), representando no final de 2016 um volume de 1,7 mil milhões de euros.

Os ramos Não Vida continuam a evidenciar uma tendência de recuperação, que se traduziu num aumento de 5% no volume de produção. Para esta evolução, muito contribuiu o ramo Acidentes e Doença, com destaque para a modalidade Acidentes de Trabalho, que detém um peso de 14,9% no agregado dos ramos não vida e cujo crescimento foi de 12,2%. Ainda neste ramo, o sub-ramo Doença alcançou um crescimento de 9,6%, justificado pelo aumento do universo das pessoas seguras.

Os crescimentos dos ramos Automóvel e Incêndio e Outros Danos, foram de 3,9% e 1,6%, respetivamente. No ramo Automóvel, o maior do segmento Não Vida, com 34,4% do total da produção, o aumento do volume de prémios terá sido suportado pelo crescimento do número de veículos seguro. A evolução do ramo Incêndio e Outros Danos foi mais evidente ao nível dos seguros Multiriscos Industrial, registando uma variação de 4,1%.

No quadro a seguir, sintetiza-se a evolução dos prémios de seguro direto, por grandes agregados:

(milhões de euros)

Produção Vida/Não Vida	2016 (P)	2015	2014	2013	Δ 16/15	Δ 15/14	Δ 14/13
Total Vida	6.676	8.669	10.439	9.247	-23,0%	-17,0%	12,9%
Seguros de Vida	4.990	6.499	8.401	7.314	-23,2%	-22,6%	14,9%
Seguros Ligados a Fundos de Investimento	1.686	2.170	2.031	1.928	-22,3%	6,9%	5,3%
Operações de Capitalização	0	1	7	5	-99,7%	-90,3%	59,7%
Total Não Vida	4.196	3.994	3.849	3.856	5,0%	3,8%	-0,2%
Acidentes e Doença	1.482	1.351	1.259	1.232	9,7%	7,3%	2,2%
<i>Acidentes de Trabalho</i>	624	556	516	511	12,2%	7,8%	0,9%
<i>Acidentes Pessoais</i>	164	161	153	149	1,5%	5,4%	2,6%
<i>Doença</i>	694	633	589	571	9,6%	7,5%	3,3%
Incêndio e Outros Danos	776	764	749	759	1,6%	2,0%	-1,3%
Automóvel	1.528	1.471	1.449	1.478	3,9%	1,5%	-2,0%
Transportes	52	55	58	64	-4,2%	-5,8%	-9,1%
Responsabilidade Civil Geral	115	112	108	106	2,3%	4,3%	1,4%
Diversos	243	241	227	217	0,5%	6,4%	4,5%
TOTAL	10.872	12.664	14.289	13.104	-14,1%	-11,4%	9,0%

Fonte: Produção de seguro direto. 2016. APS

II. FACTOS RELEVANTES EM 2016

No âmbito de uma reestruturação das participações das empresas no perímetro de consolidação da Montepio Seguros SGPS, a N Seguros, detida integralmente pela Lusitania Companhia de Seguros, foi adquirida por um valor de 17.500.000 euros pela Montepio Seguros SGPS em 23 de dezembro de 2016.

A Montepio Seguros SGPS emitiu em 23 de dezembro de 2016, um empréstimo obrigacionista no valor de 17.500.000 euros, subscrito integralmente pelo Montepio Geral Associação Mutualista.

Em 28 de Dezembro de 2016, o Montepio Geral Associação Mutualista adquiriu à Futuro, 3,26% da participação na Montepio Seguros pelo preço de Euros 1.489.824.

III. A DINÂMICA EMPRESARIAL

A. Síntese

Numa conjuntura económica e financeira desfavorável, a Montepio Seguros SGPS apresentou uma melhoria do seu resultado líquido consolidado de -22.331.878 euros para -7.233.814 euros.

B. A atividade seguradora

1. Produção de seguro direto

A produção das empresas de seguros apresentou um decréscimo de 0,6%, por comparação com os valores consolidados do ano anterior, fixando-se em 232,7 milhões de euros.

(milhares de euros)

Produção de seguro direto	2016	2015	Δ 16/15
Vida	34.034	34.495	-1,3%
Não Vida	198.651	199.669	-0,5%
TOTAL	232.685	234.164	-0,6%

2. Custos com sinistros de seguro direto

Os custos com sinistros de seguro direto, em 2016, atingiram os 181,6 milhões de euros, registando um decréscimo de 25,5% face ao ano anterior.

(milhares de euros)

Custos com sinistros de seguro direto	2016	2015	Δ 16/15
Vida	27.590	89.279	-69,1%
Não Vida	154.003	154.611	-0,4%
TOTAL	181.593	243.890	-25,5%

A taxa de sinistralidade de seguro direto consolidada, em função dos prémios brutos emitidos apresentou um decréscimo em relação ao ano anterior, evoluindo de 77,7% para 71,8%.

3. Custos e gastos de exploração de seguro direto

Em 2016, custos e gastos de exploração de seguro direto, em valor absoluto, sofreram um incremento de 64,8 milhões de euros, para 66,9 milhões de euros, o que representa uma variação de 3,2%.

(milhares de euros)

Custos e gastos de exploração	2016	2015	Δ 16/15
Vida	11.138	7.883	41,3%
Não Vida	55.738	56.898	-2,0%
TOTAL	66.876	64.780	3,2%

As taxas de comissionamento, em função dos prémios adquiridos aumentaram de 21% para 21,8%.

4. Resseguro cedido

O resultado de resseguro cedido, em 2016, foi favorável aos resseguradores, em 8 milhões de euros, refletindo um decréscimo de 53,7%, quando comparado com os valores consolidados de 2015. Esta situação verifica-se nas Companhias Não Vida, uma vez que o resultado de resseguro cedido da Lusitania Vida registou um acréscimo de 401 mil euros.

(milhares de euros)

Resultado de resseguro cedido	2016	2015	Δ 16/15
Vida	-980	-579	69,3%
Não Vida	-7.006	-16.677	-58,0%
TOTAL	-7.986	-17.256	-53,7%

5. Custos por natureza a imputar

Os custos por natureza no exercício de 2016 representam 22,9% dos prémios adquiridos de seguro direto. O montante global reduziu-se em 932,7 mil euros, face a 2015, registando um decréscimo de 1,7%.

(milhares de euros)

Custos por natureza	2016	2015	Δ 16/15
TOTAL	53.400	54.332	-1,7%

C. A atividade da gestão dos fundos de pensões

As boas rendibilidades obtidas ao longo do ano e o crescimento de contribuições permitiram um crescimento de 5,7% no total de ativos sob gestão, tendo sido atingido um volume total de 1,5 mil milhões de euros. No final do ano de 2016, a Futuro aumentou o número de fundos de pensões abertos, em 1 fundo, e iniciou a gestão de dois fundos de pensões fechados.

A Lusitania Vida manteve, durante o ano de 2016, o mesmo número de fundos de pensão sob gestão, no total de seis. A 31 de dezembro de 2016, a Futuro é responsável pela gestão de 12 fundos fechados e 14 fundos abertos.

(milhares de euros)

Fundos de pensões	2016		2015		Variação	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
Fechados	18	1.141.087	16	1.067.774	12,5%	6,9%
Abertos	14	354.253	13	346.856	7,7%	2,1%
TOTAL	32	1.495.341	29	1.414.629	10,3%	5,7%

D. Ativos Financeiros

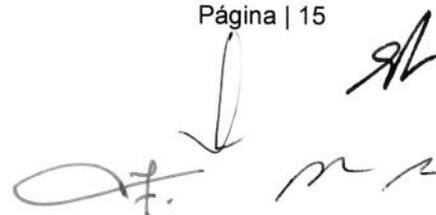
Em 2016, a carteira da Montepio Seguros SGPS atingiu o valor de 838,1 milhões de euros, mais 45,4 milhões que o valor consolidado do ano anterior e é constituída, essencialmente, por obrigações de taxa fixa e variável e por imóveis.

O resultado financeiro líquido alcançou, no ano de 2016, 9,1 milhões de euros.

E. Margem de solvência

O rácio de cobertura de requisitos de capital (SCR), comunicado preliminarmente, à ASF, situa-se acima do nível de cumprimento, conforme estabelecido no nº4 do artigo 20º da lei 147/2015, de 9 de setembro.

O rácio de SCR será publicado conforme disposição legal, no âmbito do relatório sobre a solvência e a situação financeira.



Handwritten signatures and a stamp are present at the bottom right of the page. One signature is clearly visible, and there is a circular stamp or mark next to it.

F. Resultado líquido e capitais próprios

Em comparação com os valores consolidados de 2015, os capitais próprios atribuíveis à Montepio Seguros sofreram uma redução de 5 milhões de euros, atingindo 105,5 milhões de euros. O resultado líquido situa-se em -7.233.814 euros, tendo registado uma melhoria de 15,1 milhões de euros, face a 2015.

(milhares de euros)

Capitais próprios (m€)	2016	2015	Δ 16/15
Capital social	137.750	137.750	0,0%
(Ações próprias)	-5.062	-6.468	-21,7%
Outros instrumentos de capital	135.500	135.500	0,0%
Reservas	-85.278	-86.070	-0,9%
Resultados transitados	-70.147	-47.815	46,7%
Resultado líquido	-7.234	-22.332	-67,6%
Capitais próprios	105.530	110.565	-4,6%

G. Recursos humanos

O quadro de pessoal das participadas, em 31 de dezembro de 2016, era de 628 colaboradores, registando-se uma redução de 4,6%, face a 2015, em que o número de colaboradores se situou em 658.

Sendo um dos objetivos prioritários na gestão de recursos humanos, as ações de formação tiveram a participação de 436 colaboradores e totalizaram 4.525 horas.

IV. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício, no montante de -7.233.814 euros, seja levado, na totalidade, a Resultados Transitados.

V. PERSPETIVAS PARA 2017

A. A atividade económica

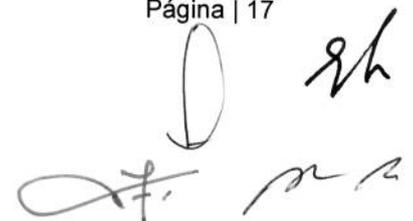
A economia global deverá crescer 2,7% no ano de 2017. As projeções económicas apontam para um crescimento das economias mais desenvolvidas na ordem de 1,6% e um crescimento de 4,1% das economias emergentes. A inflação, o risco político e estabilidade do sector financeiro serão variáveis cruciais para o desempenho económico nos próximos anos.

No que se refere à Zona Euro, segundo as projeções macroeconómicas da Comissão Europeia, estima-se um crescimento de 1,5% em 2017 e 1,7% em 2018. A Comissão acredita que o crescimento da Zona Euro será sustentado pelo consumo interno. Contudo, as perspetivas são afetadas por uma incerteza maior do que a habitual, em virtude das escolhas políticas da administração dos EUA, da saída do Reino Unido da União Europeia e dos processos eleitorais a decorrer em vários países da Europa.

Relativamente às estimativas para a inflação, as projeções apontam para um aumento nos próximos anos, 1,4% em 2017 e 2018, impulsionada, sobretudo, no curto prazo, pela evolução dos preços do petróleo.

No que se refere à economia nacional, segundo o Banco de Portugal, o crescimento em 2017 deverá acelerar para 1,4% e nos dois anos seguintes, 2018 e 2019 deverá fixar-se em 1,5%. Esta dinâmica de crescimento será concretizada com a ajuda das exportações e do investimento. Em contraste, o consumo privado crescerá sempre abaixo de 1,5% neste período, traduzindo, em parte, o esforço das famílias para reduzirem o seu endividamento num contexto de elevada carga fiscal e esforço de consolidação, que determinará uma quase estagnação do consumo público.

A recuperação da atividade será acompanhada por uma melhoria gradual da situação no mercado de trabalho. Projeta-se a continuação do crescimento do emprego, embora a um ritmo progressivamente mais moderado, e a manutenção da trajetória descendente da taxa de desemprego, que baixará para 7,9% em 2019, o mínimo de uma década.

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large vertical signature, a signature starting with 'sh', and another signature starting with 'm'.

B. O enquadramento do mercado segurador

No ano de 2016, o setor segurador português voltou a ser caracterizado por mudanças estruturais, ao nível da estrutura acionista em algumas das suas principais empresas, mas também ao nível de objetivos e políticas, com vista a alcançar-se os níveis desejados de rentabilidade, eficiência e inovação.

O sector evidenciou um processo de correção na modalidade Acidentes de Trabalho, e iniciou um movimento de ajustamento no ramo Automóvel. Apesar da evolução positiva da atividade, estas áreas específicas carecem, ainda de um maior esforço de correção, que deverá continuar nos próximos anos.

No ano de 2016 iniciou-se um novo regime prudencial - Solvência II, que determina uma governação exigente e uma gestão muito criteriosa dos capitais das seguradoras. Este novo enquadramento determina um processo de recuperação da sustentabilidade técnica dos ramos, pese embora a persistência de um período de baixas taxas de juro e incerteza nos mercados financeiros.

C. A estratégia para o triénio 2017-2019

A Montepio Seguros SGPS desenvolveu as suas atividades com vista a atingir uma gestão do capital mais eficiente, com particular enfoque na solvência das suas participadas.

No final de 2017, terminará um período transitório no regime Solvência II, com vista ao cumprimento dos requisitos de capital, pelo que a Montepio Seguros SGPS deverá desenvolver as medidas necessárias para atingir os objetivos quanto aos níveis de solvência estabelecidos na Política de Apetite ao Risco.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração pretende agradecer a todas as entidades que contribuíram para o desenvolvimento e afirmação da Sociedade, destacando especialmente:

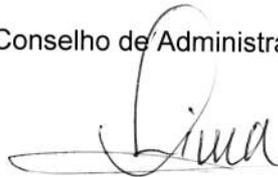
- . A Mesa da Assembleia Geral, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas;
- . As Administrações e Colaboradores das empresas do Grupo Montepio.



A finalizar, o Conselho de Administração expressa os seus agradecimentos aos Senhores Acionistas pelo apoio sempre recebido.

Lisboa, 31 de maio de 2017

O Conselho de Administração



Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente



Eduardo José da Silva Farinha
Vice-Presidente



Fernando Dias Nogueira
Administrador

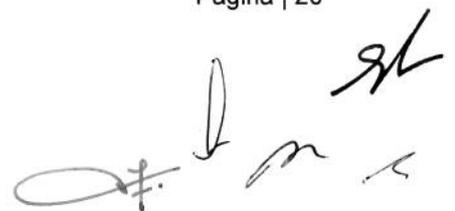


Maria Manuela Traquina Rodrigues
Administrador



Paulo José Martins Jorge da Silva
Administrador

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

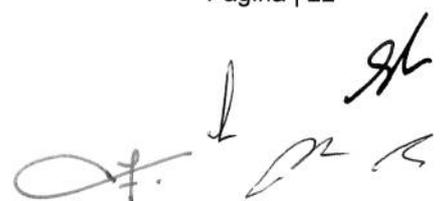
Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be a stylized name, possibly 'J. M. S.', with a large initial 'J' and 'S'.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercício de 2016



[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



**Balanço consolidado
em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

valores em euros

Notas do anexo	ATIVO CONSOLIDADO	Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	2016	2015
6	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	23.880.692	-	23.880.692	37.360.566
4	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	256.705	-	256.705	126.248
7	Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
7	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	6.870.427	-	6.870.427	3.962.922
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
7	Ativos financeiros disponíveis para venda	663.418.395	9.535.252	653.883.143	625.007.402
7	Empréstimos concedidos e contas a receber	69.596.126	670.191	68.925.935	29.580.379
	Depósitos junto de empresas cedentes	321.938	-	321.938	161.842
	Outros depósitos	65.440.941	-	65.440.941	25.286.790
	Empréstimos concedidos	3.833.247	670.191	3.163.056	4.131.747
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
7	Investimentos a deter até à maturidade	84.506.835	-	84.506.835	96.775.059
8	Terrenos e edifícios	64.399.649	7.128.730	57.270.919	72.320.048
	Terrenos e edifícios de uso próprio	47.197.703	7.128.730	40.068.973	39.133.097
	Terrenos e edifícios de rendimento	17.201.946	-	17.201.946	33.186.951
9	Outros ativos tangíveis	29.890.374	20.143.892	9.546.482	10.027.280
10	Inventários	1.287.205	-	1.287.205	1.364.543
11	Goodwill	18.673.846	-	18.673.846	18.673.846
11	Outros ativos intangíveis	39.807.570	13.259.572	26.547.998	16.892.590
5.1	Provisões técnicas de resseguro cedido	53.028.972	-	53.028.972	43.296.187
	Provisão para prémios não adquiridos	7.592.494	-	7.592.494	8.115.766
	Provisão matemática	205.792	-	205.792	220.105
	Provisão para sinistros	44.115.092	-	44.115.092	34.920.677
	Provisão para participação nos resultados	1.115.594	-	1.115.594	39.639
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
24	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	506.119	-	506.119	479.437
12	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	81.935.973	8.351.052	73.584.921	67.482.265
	Contas a receber por operações de seguro directo	56.115.382	4.059.407	52.055.975	47.873.303
	Contas a receber por operações de resseguro	6.071.689	297.335	5.774.354	5.554.528
	Contas a receber por outras operações	19.748.902	3.994.310	15.754.592	14.054.434
16	Ativos por impostos e taxas	16.589.521	-	16.589.521	15.693.800
	Ativos por impostos (e taxas) correntes	642.795	-	642.795	631.185
	Ativos por impostos diferidos	15.946.726	-	15.946.726	15.062.615
14	Acréscimos e diferimentos	4.482.934	-	4.482.934	4.369.667
	Outros elementos do ativo	-	-	-	-
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	TOTAL ATIVO	1.168.931.343	69.088.689	1.099.842.654	1.043.412.239

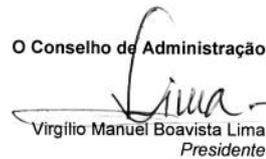
Lisboa, 31 de maio de 2017

O Contabilista Certificado

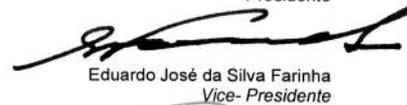


Albertino Soares

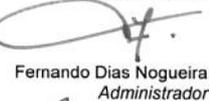
O Conselho de Administração



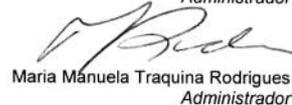
Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente



Eduardo José da Silva Farinha
Vice-Presidente



Fernando Dias Nogueira
Administrador



Maria Manuela Traquina Rodrigues
Administrador



Paulo José Martins Jorge da Silva
Administrador

**Balanço consolidado
em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

valores em euros

Notas do anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADOS	2016	2015
	PASSIVO		
5	Provisões técnicas	455.313.776	461.546.370
	Provisão para prémios não adquiridos	47.425.100	47.349.339
	Provisão matemática do ramo vida	100.411.975	101.314.409
	Provisão para sinistros	285.282.974	282.163.629
	De vida	20.516.532	21.686.561
	De acidentes de trabalho	138.048.073	134.902.700
	De outros ramos	126.718.369	125.574.368
	Provisão para participação nos resultados	10.102.588	11.301.826
	Provisão para desvios de sinistralidade	7.289.944	6.753.116
	Provisão para riscos em curso	4.801.195	12.664.051
7.3	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	381.144.281	335.782.827
7.4	Outros passivos financeiros	59.515.802	39.847.802
	Passivos subordinados	41.000.000	23.500.000
	Depósitos recebidos de resseguradores	18.515.802	16.338.901
	Outros	-	8.901
24	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	2.036.435	2.325.187
13	Outros credores por operações de seguros e outras operações	31.222.871	21.915.479
	Contas a pagar por operações de seguro direto	14.115.478	9.974.385
	Contas a pagar por operações de resseguro	10.890.887	5.382.312
	Contas a pagar por outras operações	6.216.506	6.558.782
16	Passivos por impostos e taxas	14.565.027	14.322.422
	Passivos por impostos correntes	11.469.979	10.456.491
	Passivos por impostos diferidos	3.095.048	3.865.931
14	Acréscimos e diferimentos	47.924.078	47.914.630
15	Outras provisões	4.221.026	10.949.804
	Outros elementos do passivo	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	TOTAL PASSIVO	995.943.296	934.604.621
	CAPITAL PRÓPRIO		
27	Capital	137.750.000	137.750.000
	(Acções Próprias)	(5.061.605)	(6.468.000)
27	Outros instrumentos de capital	135.500.001	135.500.001
28	Reservas de reavaliação	12.688.211	13.126.321
	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	12.673.630	13.111.740
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	14.581	14.581
	Por revalorização de outros ativos tangíveis	-	-
	Por revalorização de ativos intangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
28	Reserva por impostos diferidos e correntes	(3.382.547)	(3.467.762)
28	Outras reservas	(94.583.317)	(95.728.675)
	Resultados transitados	(70.147.278)	(47.815.400)
	Resultado líquido do exercício	(7.233.814)	(22.331.878)
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	105.629.661	110.564.607
4	Interesses que não controlam	(1.630.293)	(1.756.889)
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	103.899.368	108.807.718
	TOTAL PASSIVO, INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM E CAPITAL PRÓPRIO	1.099.842.664	1.043.412.239

Lisboa, 31 de maio de 2017

O Contabilista Certificado

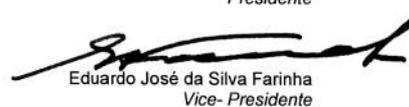


Albertino Soares

O Conselho de Administração



Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente



Eduardo José da Silva Farinha
Vice- Presidente





Fernando Dias Nogueira
Administrador



Maria Manuela Traquina Rodrigues
Administrador



Paulo José Martins Jorge da Silva
Administrador



Demonstração dos resultados consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

Notas do anexo		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	2016	2015
17	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	29.060.828	169.389.108	-	198.449.936	196.690.803
17	Prémios brutos emitidos	34.033.546	198.651.028	-	232.684.574	234.163.696
2	Prémios de resseguro cedido	4.972.718	28.964.510	-	33.937.228	36.636.482
5	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	-	(225.862)	-	(225.862)	1.523.581
5	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	(523.272)	-	(523.272)	687.170
8	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	1.812.738	-	-	1.812.738	1.555.542
5	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	25.911.450	135.285.569	-	161.197.019	229.830.034
	Montantes pagos	26.931.530	141.385.502	-	168.317.032	225.821.066
	Montantes brutos	29.243.673	150.615.500	-	179.859.173	239.508.968
	Parte dos resseguradores	2.312.143	9.229.998	-	11.542.141	13.687.902
	Provisão para sinistros (variação)	(1.020.080)	(6.099.933)	-	(7.120.013)	4.008.968
	Montante bruto	(1.653.955)	3.387.281	-	1.733.326	4.381.404
	Parte dos resseguradores	(633.875)	9.487.214	-	8.853.339	372.436
5	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)	(1.948.755)	-	-	(1.948.755)	(58.261.544)
	Montante bruto	(1.963.068)	-	-	(1.963.068)	(58.349.996)
	Parte dos resseguradores	14.313	-	-	14.313	88.452
5	Participação nos resultados, líquida de resseguro	726.073	-	-	726.073	1.011.443
5	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-	(7.326.028)	-	(7.326.028)	3.162.072
22	Custos e gastos de exploração líquidos	8.823.618	51.973.295	-	60.796.913	60.147.483
	Custos de aquisição	9.064.677	41.632.877	-	50.697.554	48.939.333
5	Custos de aquisição diferidos (variação)	-	301.623	-	301.623	(184.560)
	Gastos administrativos	2.073.645	13.803.395	-	15.877.040	16.025.654
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	2.314.704	3.764.600	-	6.079.304	4.632.944
19	Rendimentos	17.043.728	3.470.465	2.446.196	22.960.389	28.426.441
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	16.998.722	2.840.348	1.981.970	21.821.040	25.565.361
	Outros	45.006	630.117	464.226	1.139.349	2.861.080
19	Gastos financeiros	489.179	2.012.923	303.788	2.805.890	2.339.095
	De juros de ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	71.745	-	71.745	47.314
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-	-
	Outros	489.179	1.941.178	303.788	2.734.145	2.291.781
20	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	(12.184.369)	2.871.080	(1.621.264)	(10.934.553)	(9.329.213)
	De ativos disponíveis para venda	(1.830.873)	2.905.205	(1.689.145)	(614.813)	1.137.861
	De investimentos a deter até à maturidade	(6.637)	-	-	(6.637)	(696)
7.3	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(10.346.859)	-	-	(10.346.859)	(10.466.378)
	De outros	-	(34.125)	67.881	33.756	-
20	Ganhos líquidos de ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	61.398	(699.039)	(978)	(638.619)	(538.842)
	De ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	61.398	(699.039)	(978)	(638.619)	(538.842)
	Diferenças de câmbio	-	-	37.847	37.847	17.987
	Ganhos líquidos pela venda de ativos não financeiros que não estejam classificados como ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	(35.360)	(35.360)	-
7	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	184.860	6.461.904	(334.714)	6.312.050	1.644.890
	De ativos disponíveis para venda	184.860	2.696.045	(902.687)	1.978.218	2.055.089
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	3.111.432	(6.220.022)	(3.108.590)	(953.410)
	De investimentos a deter até à maturidade	-	653.925	-	653.925	519.257
	De outros	-	502	6.787.995	6.788.497	23.954
25	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	76.267	253.264	-	329.531	(2.663.324)
16	Outras provisões (variação)	-	-	(1.074.825)	(1.074.825)	(71.161)
26	Outros rendimentos/gastos	-	30.797	1.870.769	1.901.566	1.406.362
	Rendimentos de prestação de serviços	-	-	7.155.438	7.155.438	9.023.825
	Gastos com prestação de serviços	-	-	4.216.656	4.216.656	5.363.863
	Outros rendimentos/gastos	-	30.797	(1.068.013)	(1.037.216)	(2.253.600)
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES MINORITÁRIOS	1.684.165	(13.091.988)	3.802.961	(7.604.862)	(24.236.656)
16	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	-	-	1.467.765	1.467.765	2.462.701
16	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	-	(1.551.966)	(1.551.966)	(3.452.031)
	RESULTADO APÓS IMPOSTOS E ANTES INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	1.684.165	(13.091.988)	3.887.162	(7.620.661)	(23.247.226)
4	Interesses que não controlam	-	-	-	(286.847)	(915.348)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL	1.684.165	(13.091.988)	3.887.162	(7.233.814)	(22.331.878)

Lisboa, 31 de maio de 2017

O Contabilista Certificado



Albertino Soares

O Conselho de Administração



Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente



Eduardo José da Silva Farinha
Vice-Presidente



Fernando Dias Nogueira
Administrador



Maria Manuela Traquina Rodrigues
Administrador



Paulo José Martins Jorge da Silva
Administrador



**Demonstração do rendimento integral consolidado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

valores em euros

	2016			2015		
	Atribuível aos accionistas	Interesses que não controlam	Total	Atribuível aos accionistas	Interesses que não controlam	Total
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados	(352.895)	27.280	(325.615)	(7.375.648)	(44.628)	(7.420.276)
Reserva de justo valor	(438.110)	35.885	(402.225)	(9.920.771)	(60.357)	(9.981.128)
Impostos diferidos e correntes	85.215	(8.605)	76.610	2.545.123	15.729	2.560.852
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados	(450.647)	(29.995)	(480.642)	36.914	(962)	35.952
Reconhecimento dos desvios actuariais	(425.601)	(29.995)	(455.596)	61.152	(154)	60.998
Impostos diferidos e correntes	(25.046)	-	(25.046)	(24.238)	(808)	(25.046)
Outro rendimento integral	(803.542)	(2.715)	(806.257)	(7.338.734)	(45.590)	(7.384.324)
Resultado líquido do exercício	(7.233.814)	(286.847)	(7.520.661)	(22.331.878)	(915.348)	(23.247.226)
Rendimento integral do exercício	(8.037.356)	(289.562)	(8.326.918)	(29.670.612)	(960.938)	(30.631.550)

Lisboa, 31 de maio de 2017

O Contabilista Certificado

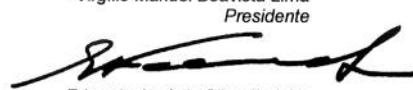


Albertino Soares

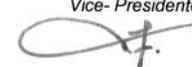
O Conselho de Administração



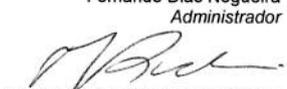
Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente



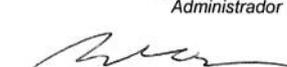
Eduardo José da Silva Farinha
Vice-Presidente



Fernando Dias Nogueira
Administrador



Maria Manuela Traquina Rodrigues
Administrador



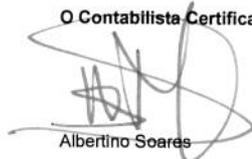
Paulo José Martins Jorge da Silva
Administrador

Demonstração das alterações do capital próprio consolidado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	Capital	Outros instrumentos de capital	Ações próprias	Reservas de reavaliação	Reserva por Impostos Diferidos e Correntes	Outras reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe	Total de Capital Próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe	Interesses que não controlam	Total de Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	137.750.000	80.500.001	(6.468.000)	23.047.092	(6.012.885)	(95.286.510)	(35.171.199)	(12.644.201)	85.714.298	(786.003)	84.928.295
Distribuição de resultados	-	-	-	-	-	-	(12.644.201)	12.644.201	-	-	-
Varição de desvios actuariais	-	-	-	-	-	36.914	-	-	36.914	(962)	35.952
Prestações suplementares	-	55.000.000	-	-	-	-	-	-	55.000.000	-	55.000.000
Outras variações de reservas	-	-	-	-	-	(479.079)	-	-	(479.079)	(9.948)	(489.027)
Alterações de justo valor	-	-	-	(9.920.771)	2.545.123	-	-	-	(7.375.648)	(44.628)	(7.420.276)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(22.331.878)	(22.331.878)	(915.348)	(23.247.226)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	137.750.000	135.500.001	(6.468.000)	13.126.321	(3.467.762)	(95.728.875)	(47.815.400)	(22.331.878)	110.564.607	(1.756.889)	108.807.718
Distribuição de resultados	-	-	-	-	-	-	(22.331.878)	22.331.878	-	-	-
Varição de desvios actuariais	-	-	-	-	-	(450.647)	-	-	(450.647)	(29.995)	(480.642)
Alienação de ações próprias	-	-	1.406.395	-	-	2.587.664	-	-	3.994.059	-	3.994.059
Outras variações de reservas	-	-	-	-	-	(991.659)	-	-	(991.659)	416.158	(575.501)
Alterações de justo valor	-	-	-	(438.110)	85.215	-	-	-	(352.895)	27.280	(325.615)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(7.233.814)	(7.233.814)	(286.847)	(7.520.661)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	137.750.000	135.500.001	(5.061.605)	12.688.211	(3.382.547)	(94.583.317)	(70.147.278)	(7.233.814)	105.529.651	(1.630.293)	103.899.358

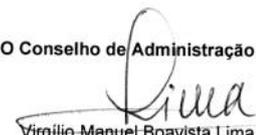
Lisboa, 31 de maio de 2017

O Contabilista Certificado

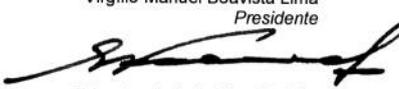


Albertino Soares

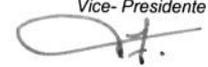
O Conselho de Administração



Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente



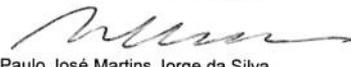
Eduardo José da Silva Farinha
Vice-Presidente



Fernando Dias Nogueira
Administrador



Maria Manuela Traquina Rodrigues
Administrador



Paulo José Martins Jorge da Silva
Administrador

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015

	Euros	
	2016	2015
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	(7.233.814)	(22.331.878)
Depreciações e amortizações do exercício	4.095.485	(760.022)
Varição das provisões técnicas de seguro directo	(6.232.594)	(49.557.296)
Varição das provisões técnicas de resseguro cedido	(9.732.785)	623.546
Varição de passivos por contratos de investimento e passivos financeiros	65.029.454	2.772.016
Imparidade de activos líquida de reversões e recuperações	11.389.001	1.620.936
Varição de outras provisões	(6.728.778)	413.689
Varição de activos de negociação	-	349.117
Varição de empréstimos e contas a receber	(33.048.509)	38.322.420
Varição de devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	(10.157.967)	(3.647.551)
Varição de outros activos e passivos por impostos	(567.901)	(3.102.467)
Varição de outros activos e passivos	(869.900)	5.537.442
Varição de credores por operações de seguro directo, de resseguro e outros	9.307.392	(7.026.794)
	15.249.084	(36.786.842)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Varição nos activos financeiros ao justo valor através de ganhos perdas	(2.907.505)	(96.506)
Varição nos activos financeiros disponíveis para venda	(38.849.103)	(37.513.520)
Varição nos activos financeiros a deter até à maturidade	12.268.224	9.856.143
Reavaliações, aquisições e alienações de activos tangíveis, intangíveis e imóveis	(2.239.113)	12.423.279
Efeito da alteração de interesses em subsidiárias e associadas	(995.520)	(1.399.965)
	(32.723.017)	(16.730.569)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Recebimentos de prestações suplementares	-	55.000.000
Alienação de acções próprias	3.994.059	-
Reembolsos de prestações suplementares e interesses que não controlam	-	-
	3.994.059	55.000.000
Varição líquida em caixa e equivalentes	(13.479.874)	1.482.589
Caixa e equivalentes no início do exercício	37.360.566	35.877.977
Caixa e equivalentes no fim do exercício	23.880.692	37.360.566

Lisboa, 31 de maio de 2017

O Contabilista Certificado

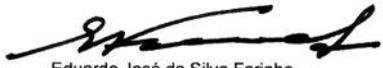


Albertino Soares

O Conselho de Administração



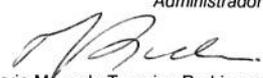
Virgílio Manuel Boavista Lima
Presidente



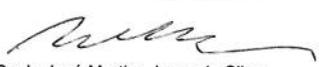
Eduardo José da Silva Farinha
Vice-Presidente



Fernando Dias Nogueira
Administrador

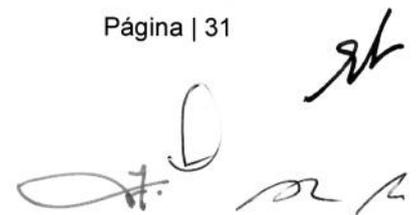


Maria Manuela Traquina Rodrigues
Administrador



Paulo José Martins Jorge da Silva
Administrador

NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS CONSOLIDADOS



Notas às demonstrações financeiras consolidadas

1. Informações gerais

A Montepio Seguros SGPS, SA, adiante designada por Montepio Seguros ou Grupo, foi constituída em 27 de dezembro de 2014, sob a forma jurídica de Sociedade Gestora de Participações Sociais e dedica-se à gestão de participações sociais do setor segurador e gestão de fundos de pensões.

A Montepio Seguros tem a sua sede na Rua de São Domingos à Lapa, 35, em Lisboa.

As Notas às contas incluídas neste anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, sendo de referir que os números não indicados neste documento não têm aplicação, por irrelevância de valores ou de situações a reportar.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 31 de maio de 2017.

As demonstrações financeiras apresentadas são consolidadas nas demonstrações financeiras do Montepio Geral – Associação Mutualista, entidade que controla a Montepio Seguros.

2. Informação por segmentos da atividade seguradora

O Grupo explora maioritariamente o negócio segurador e todos os ramos de seguros Vida e Não Vida, para os quais foi autorizado pela ASF.

Um segmento geográfico é um conjunto de ativos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

No que concerne ao segmento geográfico, todos os contratos são celebrados em Portugal, pelo que existe apenas um segmento.

O Grupo considera como segmento principal o segmento operacional. Relativamente a este segmento, efetuar-se-á o relato da informação por ramos, tendo em consideração que os mais significativos do Grupo são: Vida, Automóvel, Acidentes e Doença e Incêndio e Outros Danos.

O relato por segmentos operacionais pode ser analisado como segue:

Rubrica	Euros						
	Total 2016	Ramos Vida	Ramos não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros inferiores a 10% do total
Prémios brutos emitidos	232.684.674	34.033.646	198.651.028	63.916.507	43.887.716	77.892.650	12.954.155
Prémios de resseguro	33.937.228	4.972.718	28.964.510	1.542.897	16.338.653	5.713.528	5.369.432
Prémios brutos adquiridos	232.910.436	34.033.646	198.876.890	63.591.609	44.388.877	78.054.414	12.841.990
Resultado dos investimentos	5.626.316	4.246.718	1.378.598	3.382.414	(451.112)	(1.428.974)	(123.730)
Custos com sinistros brutos	181.592.499	27.589.718	154.002.781	55.196.512	33.347.706	61.658.778	3.799.785
Custos de exploração brutos	66.876.217	11.138.322	65.737.895	17.349.491	12.204.766	22.646.304	3.537.334
Resultado técnico	(2.394.379)	1.684.167	(4.078.646)	2.622.996	(1.130.901)	(5.499.278)	(71.363)
Investimentos afectos à representação das provisões técnicas	892.223.866	516.726.690	375.497.165	186.108.881	54.998.371	109.269.571	25.120.342
Provisões técnicas e passivos de contratos de investimentos	836.468.067	512.176.376	324.282.681	150.278.801	50.508.626	99.330.317	24.164.937



Rubrica	Euros						
	Total 2016	Ramos Vida	Ramos não Vida	Acidentes e Doença	Incêndio e Outros Danos	Automóvel	Outros inferiores a 10% do total
Prémios brutos emitidos	234.163.696	34.494.992	199.668.704	61.617.075	44.979.542	78.401.507	14.670.580
Prémios de resseguro	36.636.482	5.162.919	31.473.563	1.713.308	16.871.309	6.046.808	6.842.138
Prémios brutos adquiridos	232.640.115	34.494.992	198.145.123	60.622.449	44.323.217	78.590.116	14.609.341
Resultado dos investimentos	962.418	7.006.686	(6.044.268)	(2.975.478)	(733.920)	(1.863.108)	(471.762)
Custos com sinistros brutos	243.890.372	89.279.116	154.611.256	64.038.080	19.884.856	58.508.068	12.180.252
Custos de exploração brutos	64.780.427	7.882.763	56.897.664	15.675.754	10.721.161	27.141.436	3.359.313
Resultado técnico	(36.714.343)	2.643.946	(39.268.289)	(21.996.261)	2.769.507	(17.578.101)	(2.453.434)
Investimentos afectos à representação das provisões técnicas	852.090.785	471.717.882	380.372.903	221.858.492	33.835.759	102.920.314	21.758.338
Provisões técnicas e passivos de contratos de investimentos	797.329.197	470.085.623	327.243.574	147.997.726	39.081.398	112.984.589	27.179.861

3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas

Bases de preparação:

As demonstrações financeiras consolidadas ("demonstrações financeiras") da Montepio Seguros, reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e foram preparadas de acordo os princípios estabelecidos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), emitido pela ASF, e aprovado pela Norma Regulamentar nº 10/2016-R, de 15 de setembro.

O normativo consagrado no PCES corresponde em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, exceto no que se refere à aplicação da IFRS 4 – "Contratos de seguros", relativamente à qual apenas foram adotados os princípios de classificação do tipo de contrato de seguro.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores.

Em 2016, a Montepio Seguros adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2016. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 35. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas, mas que ainda não entraram em vigor e que a Montepio Seguros não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, podem também ser analisadas na Nota 35.

Bases de mensuração:

Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente ativos financeiros detidos para negociação, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados, ativos financeiros disponíveis para venda e propriedades de investimento.

Os restantes ativos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Montepio Seguros efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de ativos, passivos, rendimentos e gastos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos.

As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas seguidamente.

Políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as que se apresentam a seguir:

a) Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os ativos, passivos e resultados da Montepio Seguros e das suas subsidiárias ("Grupo"), e os resultados atribuíveis ao Grupo referentes às participações financeiras em empresas associadas.

As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo.

(i) Subsidiárias e Associadas

Subsidiárias são entidades controladas pelo Grupo (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização). O Grupo controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as atividades relevantes dessa entidade (controlo de facto). As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente desde o momento que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades até ao momento que esse controlo cessa.

As perdas acumuladas são atribuídas aos minoritários nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos.

Numa operação de aquisição por partes adicionais ("*step acquisition*") que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados aquando do cálculo do *goodwill*. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Montepio Seguros detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo.

Normalmente, é presumido que a Montepio Seguros exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, direta ou indiretamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Grupo não possui influência significativa, exceto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas: (i) representação no Conselho de Administração ou órgão de direção equivalente; (ii) participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições; (iii) transações materiais entre o Grupo e a participada; e, (iv) intercâmbio de pessoal de gestão; (v) fornecimento de informação técnica essencial.

Os investimentos financeiros em associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, exceto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal de assumir essas perdas em nome da associada.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as empresas subsidiárias e associadas incluídas na consolidação estão referidas na Nota 4.

(ii) **Goodwill e valor da carteira adquirida**

As concentrações de atividades empresariais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos ativos cedidos e passivos incorridos ou assumidos.

O registo dos custos diretamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária são diretamente imputados a resultados.

O *goodwill* positivo, resultante de aquisições, é reconhecido como um ativo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização. O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias, é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor proporcional aos ativos e passivos adquiridos.

O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor proporcional dos ativos e passivos adquiridos, consoante a opção tomada. Caso o *goodwill* apurado seja negativo é registado diretamente em resultados do exercício em que a concentração de atividades ocorre.

O valor recuperável do *goodwill* das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

O *goodwill* não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados.

A Montepio Seguros testa a recuperabilidade do *goodwill* reconhecido anualmente, ou com maior frequência, se eventos ou circunstâncias indicarem uma perda de valor do novo negócio adquirido.

O valor da carteira adquirida (*value in force*) é reconhecido como um ativo intangível e é amortizado pelo período de reconhecimento do proveito associado às apólices adquiridas, deduzido de eventuais perdas por imparidade. O valor da carteira adquirida corresponde ao valor atual estimado dos fluxos de caixa futuros dos contratos em vigor à data de aquisição.

O valor da carteira é sujeito a testes de recuperabilidade no final de cada período de reporte, por forma a apurar que o valor capitalizado não excede o valor presente dos lucros futuros.

A Montepio Seguros amortiza o valor da carteira durante a vida útil dos contratos (apólices) adquiridos, na proporção dos lucros futuros esperados.

(iii) Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os ganhos não realizados resultantes de transações com entidades associadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas mesmas. As perdas não realizadas são também eliminadas, mas apenas nas situações em que as mesmas não indiciem existência de imparidade.

(iv) Aquisição e diluição de Interesses que não controlam

A aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transação com acionistas e, como tal, não é reconhecido *goodwill* adicional resultante desta transação. A diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida diretamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

(v) Perda de controlo

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Nas diluições de interesses que controlam sem perda de controlo, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos são registadas por contrapartida de reservas.

b) Contratos de seguro

Classificação

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra

parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afetar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo risco financeiro transferido inclui participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pró-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efetuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

As responsabilidades correspondem ao valor atual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas diretamente aos contratos, deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respetivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

c) Princípio da especialização dos exercícios

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da transação ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Montepio Seguros realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

i) Provisão para prémios não adquiridos

Reflete a parte dos prémios brutos emitidos contabilizados no exercício, a imputar a um ou vários exercícios seguintes. A provisão para prémios não adquiridos foi calculada, contrato a contrato, por aplicação do método *pro-rata temporis*, de acordo com a Norma n.º 19/94-R, da ASF, (tendo em atenção as alterações introduzidas pela Norma n.º 3/96-R, da ASF).

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com as Normas n.º 19/94-R e

3/96-R, da ASF, o diferimento destes custos está limitado a 20% da provisão para prémios não adquiridos.

ii) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor de seguros Não Vida.

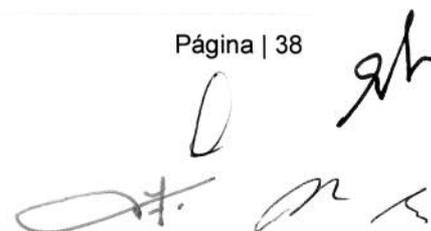
De acordo com o estipulado pela ASF, o montante da provisão para riscos em curso a constituir deverá ser igual ao produto dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis e ainda não processados relativos aos contratos em vigor, por um rácio, que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência, deduzidos pelo rácio de investimentos.

De acordo com a Norma Regulamentar n. 10/2016-R de 15 de Setembro da ASF, os custos com pessoal de carácter extraordinário, relativos a pré-reformas e a indemnizações ou compensações concedidas aos empregados das empresas de seguros, a título de rescisões de contratos de trabalho por mútuo acordo, provenientes de forma inequívoca e devidamente comprovada, de processos de reestruturação não integrados no âmbito de operações de concentração de empresas, podem não ser considerados no cálculo da provisão para riscos em curso. Ao abrigo desta Norma o Grupo, pelo facto de ter iniciado em 2013 um processo de reestruturação interna, considerou que o acréscimo de custos daí resultante, no montante de 1.406.791 euros, iria provocar um aumento no valor da Provisão para riscos em curso não relacionado com insuficiências tarifárias, pelo que optou por não considerar os referidos custos para efeitos de cálculo da Provisão para riscos em curso.

iii) Provisão para sinistros

Esta provisão foi determinada como segue:

- Pelo valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados, ou já regularizados, mas ainda não liquidados no final do exercício, com exceção da modalidade Acidentes de Trabalho, a qual foi calculada de acordo com o estipulado nas normas emitidas pela ASF e elaborada por métodos atuariais;
- Pela provisão matemática relativa a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2016, que envolvam pagamento de pensões já homologadas pelo Tribunal de Trabalho, ou com acordo de conciliação já realizado, e, ainda, para fazer face às responsabilidades por presumíveis incapacidades permanentes;
- A Montepio Seguros calculou a provisão matemática utilizando o disposto na Norma Regulamentar nº15/2000-R, da ASF, ou seja, nas pensões em pagamento obrigatoriamente remíveis nos termos do artigo 74º do Decreto-Lei nº 143/99, de 30 de abril, utilizou a tábua de mortalidade TD 88/90, à taxa técnica de juro de 5,25%, sem encargos de gestão, ajustando ao disposto no nº 2 da referida Norma. Nas restantes pensões, cumprindo também o disposto na citada Norma, optou pela tábua de mortalidade TD 88-90 aos pensionistas do género masculino e pela tábua de mortalidade TV 88-90 aos do género feminino, considerando uma taxa técnica de 3,25% (2015:3,75%) e 1% de taxa de gestão;

- A responsabilidade inerente ao acréscimo anual das pensões vitalícias, por efeito da inflação, pertence ao FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho, fundo este que é gerido pela ASF e cujas receitas são constituídas pelas contribuições efetuadas pelas seguradoras e pelos próprios tomadores de seguro. O Grupo efetua o pagamento integral das pensões, sendo, posteriormente, reembolsado pela parcela da responsabilidade do FAT;
- O cálculo da provisão para encargos com assistência vitalícia a sinistrados com incapacidades permanentes já reconhecidas pelo Tribunal de Trabalho, assim como as responsabilidades semelhantes ainda não reconhecidas como tal, IBNER (*Incurring But Not Enough Reserved*), e as responsabilidades semelhantes emergentes de sinistros não participados à Montepio Seguros em 31 de dezembro de 2016, IBNR (*Incurring But Not Reported*), foram calculadas por métodos atuariais e, quando aplicável, utilizadas bases técnicas semelhantes às aplicadas no cálculo da provisão matemática.

O Grupo procedeu ao teste de adequação das responsabilidades tendo por base os cash-flows dos ativos a cobrir responsabilidades bem como os cash-flows dos passivos associados à responsabilidade do ramo de acidentes de trabalho.

iv) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade é constituída quando o resultado técnico dos ramos de seguros de caução e risco atómico é positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pela ASF aplicadas ao resultado técnico.

Esta provisão é também constituída para a cobertura de Fenómenos Sísmicos, sendo neste caso calculada através da aplicação de um fator de risco, definido pela ASF para cada zona sísmica, ao capital retido pela Montepio Seguros.

v) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima, para o seguro direto, tendo em consideração as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

vi) Provisão para participação nos resultados atribuída

A provisão para participação nos resultados corresponde a montantes atribuídos aos segurados ou aos beneficiários dos contratos de seguro e de investimento, sob a forma de participação nos resultados, que não tenham ainda sido distribuídos ou incorporados na provisão matemática do ramo Vida.

vii) Provisão para participação nos resultados a atribuir (“*Shadow accounting*”)

De acordo com o estabelecido no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.



viii) Provisão matemática do ramo Vida

As provisões matemáticas referentes ao ramo Vida, têm como objetivo registrar o valor atual das responsabilidades futuras do Grupo relativamente aos contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária e são calculadas com base em métodos atuariais reconhecidos nos termos da legislação em vigor aplicável.

ix) Teste de adequação das responsabilidades

À data do balanço, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro do ramo Vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efetuada tendo por base a projeção dos fluxos de caixa futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco.

Esta avaliação é efetuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, quando determinada, é registada nos resultados.

x) Remunerações de mediação

A remuneração de mediação é a remuneração atribuída ao mediador pela angariação de contratos de seguros. As remunerações contratadas com corretores, agentes e angariadores são registadas como custos no momento do processamento dos respetivos prémios.

Os custos de aquisição que estão direta ou indiretamente relacionados com a venda de contratos de seguro, pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

d) Ativos financeiros**i) Classificação**

A Montepio Seguros classifica os seus ativos financeiros, no momento da sua aquisição, considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros ao justo valor através de resultados, que inclui:

- Os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo; e,
- Os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando: (i) tais ativos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor; (ii) tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (*accounting mismatch*); e (iii) tais ativos financeiros contêm derivados embutidos.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que (i) a Montepio Seguros tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas.

Empréstimos concedidos e contas a receber

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Investimentos a deter até à maturidade

São os ativos financeiros sobre os quais exista a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os ativos da classe têm de ser reclassificados para a classe, disponíveis para venda.

ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Montepio Seguros se compromete a adquirir ou alienar os ativos. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando (a) expiram os direitos contratuais da Montepio Seguros ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (b) a Montepio Seguros tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (c) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Montepio Seguros tenha transferido o controlo sobre os ativos.

iii) Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor através resultados são valorizados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas na conta de resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é determinado utilizando o seu preço de compra corrente ou, na falta destas pela bolsa onde os ativos estão cotados. Na ausência de cotação, a Montepio Seguros estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a

utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor e as ações não cotadas são registados ao custo de aquisição.

Os ativos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efetiva.

iv) Imparidade

A Montepio Seguros avalia, regularmente, se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os ativos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

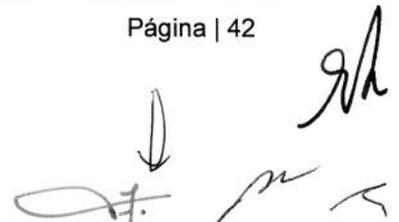
A Montepio Seguros considera que um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objetiva de:

- para os títulos de rendimento variável: (i) uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses) e em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição; ou (ii) uma desvalorização significativa na valorização (mais de 30% do respetivo valor de aquisição), e a Companhia efetua ainda uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.
- Deve ser reconhecida a imparidade a todos os títulos que tenham sido objeto de imparidade anteriormente, sempre que se verifique uma quebra relativamente ao seu valor de custo, desde a última data de imparidade.
- para os títulos de rendimento fixo: existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos ativos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, deduzida de qualquer perda de imparidade no ativo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para os resultados.

Relativamente aos títulos de rendimento variável, a imparidade terá que ser reforçada, sempre que a perda potencial em reservas aumente.

No caso dos títulos de rendimento fixo, se num período subsequente o montante da perda potencial diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, sempre que o aumento for, objetivamente, relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.



v) Transferências entre categorias

Em outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Ativos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Ativos financeiros detidos até à maturidade ("*Held-to-maturity*"), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um ativo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado ativo; ou,
- Quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

As transferências de ativos financeiros reconhecidos na categoria de Ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Ativos financeiros detidos até à maturidade são permitidas em determinadas circunstâncias.

O Grupo adotou esta possibilidade para um conjunto de ativos financeiros, conforme descrito na Nota 7.

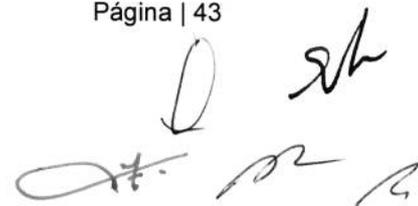
e) Outros instrumentos financeiros – derivados embutidos

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados diretamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação (inexistência de mercado ativo) é determinado com base na utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos; e, (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva. Grupo procede ao desreconhecimento dos passivos financeiros quando os mesmos são cancelados ou extintos.

g) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

h) Ativos fixos tangíveis e intangíveis**i) Ativos fixos tangíveis**

Estes bens estão contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição e as suas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

	Taxas Anuais	Vida útil
Equipamento administrativo	8% - 100%	2 a 12 anos
Máquinas e ferramentas	10% - 25%	4 a 10 anos
Equipamento informático	25% - 33,33%	3 a 4 anos
Instalações interiores	10% - 13%	8 a 10 anos
Equipamento de transporte	25%	4 anos
Outro equipamento	10% - 25%	4 a 10 anos

Os custos subsequentes com os ativos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Montepio Seguros. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo.

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado tendo por base o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

ii) Terrenos e Edifícios de Uso Próprio

Os terrenos e edifícios são classificados como imóveis de uso próprio quando sejam utilizados na atividade operacional da Companhia.

Os imóveis de uso próprio são valorizados pelo modelo do custo, ou seja, registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e de perdas por imparidade acumuladas. As

depreciações são efetuadas de acordo com a sua vida útil esperada, segundo o método das quotas constantes, como segue:

	Taxas Anuais	Vida útil estimada
Imóveis	2% - 4%	25 a 50 anos

Os terrenos não são depreciados. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado tendo por base o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

iii) Ativos intangíveis

O *software* e as despesas em edifícios arrendados são contabilizados ao respetivo custo histórico de aquisição / investimento e as suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais refletem, de forma razoável, a respetiva vida útil estimada:

	Taxas Anuais	Vida útil estimada
<i>Software</i>	33%	3 anos
Despesas em edifícios arrendados	20% - 33,33%	3 a 5 anos

Como resultado da aquisição da Real Seguros pela Lusitania e decorrendo da aplicação da IFRS 3, a Montepio Seguros reconheceu o valor da carteira adquirida à Real Seguros, por referência à respetiva data de tomada de controlo daquela Montepio Seguros (2 de novembro de 2009). O valor da carteira foi determinado através da atualização dos *cash-flows* futuros associados às apólices em vigor à data da aquisição, incluindo um ajustamento que reflete o custo do capital investido no negócio adquirido. O valor da carteira é sujeito a testes de recuperabilidade no final de cada período de reporte por forma a apurar que o valor capitalizado não excede o valor presente dos lucros futuros. A Montepio Seguros amortiza o valor da carteira durante a vida útil dos contratos (apólices) adquiridos, na proporção dos lucros futuros esperados.

Como resultado da aquisição da Real Seguros em 2009, a Montepio Seguros reconheceu um *goodwill*, decorrente do excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos adquiridos, o qual foi adicionado àqueles que transitaram do passado (anterior plano de contas), relativos às aquisições das carteiras da Genesis e da Royal & Sun Alliance. A Montepio Seguros testa a recuperabilidade do *goodwill* reconhecido anualmente, ou com maior frequência, se eventos ou circunstâncias indicarem uma perda de valor do novo negócio adquirido.

iv) Imparidade de ativos não financeiros

Quando existe indicação de que um ativo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um ativo exceda o seu valor recuperável.



De acordo com a IAS 36, o valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os ativos registados.

i) Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com exceção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expetável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as referidas diferenças.

j) Responsabilidades por férias e subsídios de férias

Este passivo corresponde a cerca de dois meses de remunerações e respetivos encargos, baseados nos valores do exercício, e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada período perante os empregados, pelos serviços prestados até aquela data, a pagar posteriormente.

k) Benefícios aos empregados

Pensões - Plano de benefício definido

Em conformidade com o Contrato Coletivo de Trabalho vigente até 31/12/2011 para o setor de seguros, o Grupo concedia aos trabalhadores que compõem o quadro de pessoal permanente das subsidiárias do setor segurador, admitidos até 31/12/2009, a todos os trabalhadores pré-reformados que se encontravam a receber uma pensão de pré-reforma e ainda, aos trabalhadores integrados no quadro permanente após 31/12/2009, com contratos de trabalho em vigor na atividade seguradora em 22/06/1995, prestações pecuniárias para o complemento de reformas atribuídas pela Segurança Social.

Adicionalmente, o Grupo atribuiu um plano de benefício definido aos membros do Conselho de Administração que, tendo exercido funções na atividade seguradora, tenham direito às suas pensões complementares de reforma, aprovado em Assembleia Geral.

Para este efeito constituiu um fundo de pensões que se destinava a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência relativamente ao seu pessoal no ativo, pré-reformados e Administradores calculados em função dos salários projetados, e adquiriu rendas temporárias e/ou vitalícias.

Relativamente à subsidiária Futuro, o Grupo assumiu o compromisso de conceder a todos os seus empregados do quadro permanente com mais de cinco anos de serviço um complemento de pensão de reforma, correspondente a 1% do vencimento por cada ano de serviço (com um limite de 25%), a realizar sob a forma de prestação mensal vitalícia. Para cobertura desta responsabilidade, o Grupo adquiriu unidades de participação do Fundo de Pensões VIVA. Este Fundo de Pensões é um Fundo Aberto e é gerido pela própria Sociedade no âmbito da sua atividade.

As contribuições para o Fundo são determinadas de acordo com o respetivo plano técnico atuarial e financeiro, o qual é revisto anualmente, de acordo com a técnica atuarial, e ajustado em função da atualização das pensões, da evolução do grupo de participantes e das responsabilidades a garantir e, ainda, de acordo com a política prosseguida pelo Grupo, de cobertura total das responsabilidades atuarialmente determinadas.

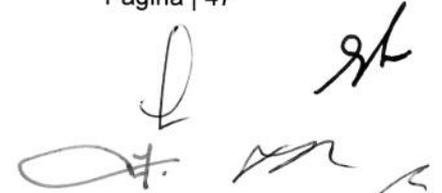
Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que veio alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

As alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho, sendo de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixaram de estar abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal paga em 2012 por perda de benefícios e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. De acordo com a IAS 19, o Grupo procedeu à liquidação da responsabilidade ("settlement").

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano de pensões de benefício definido e outros benefícios é calculada através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor atual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos ativos dos Fundos de Pensões.

O proveito/custo de juros com o plano de pensões é calculado multiplicando o ativo/responsabilidade líquido com pensões de reforma (responsabilidades deduzidas do justo valor dos ativos do fundo) pela taxa de desconto utilizada para efeitos da determinação das responsabilidades com pensões de reforma e atrás referida. Nessa base, o proveito/custo líquido de juros inclui o custo dos juros



associado às responsabilidades com pensões de reforma e o rendimento esperado dos ativos do fundo, ambos mensurados com base na taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades.

Os ganhos e perdas de remensuração, nomeadamente (i) os ganhos e perdas atuariais, resultantes das diferenças entre os pressupostos atuariais utilizados e os valores efetivamente verificados (ganhos e perdas de experiência) e das alterações de pressupostos atuariais e (ii) os ganhos e perdas decorrentes da diferença entre o rendimento esperado dos ativos do fundo e os valores obtidos, são reconhecidos por contrapartida de capital próprio na rubrica de outro rendimento integral.

A Montepio Seguros reconhece na sua demonstração dos resultados um valor total líquido que inclui (i) o custo do serviço corrente, (ii) o proveito/custo líquido de juros com o plano de pensões, (iii) o efeito das reformas antecipadas e pré-reformas, (iv) custos com serviços passados e (v) os efeitos de qualquer liquidação ou corte ocorridos no período. O proveito/custo líquido com o plano de pensões é reconhecido como juros e proveitos similares ou juros e custos similares consoante a sua natureza.

Sinapsa

Como resultado de uma ação interposta pelo SINAPSA-Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, que contestava a caducidade do Contrato Coletivo de Trabalho anterior, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou a decisão de primeira instância, indeferindo assim o recurso apresentado pela APS-Associação Portuguesa de Seguradores. Esta decisão implica a manutenção do anterior contrato aos associados do SINAPSA, que exerceram a opção pelo novo contrato, a mesma deixou de ser válida, pelo que se deve manter a aplicação do Contrato Coletivo de Trabalho de 2008.

Face a esta nova realidade, e para salvaguardar a reposição dos benefícios a Montepio Seguros procedeu ao reconhecimento da responsabilidade.

Plano de contribuição definida

Para os planos de contribuição definida, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores da Montepio Seguros são reconhecidas como custo do exercício quando devidas.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

I) Provisões, ativos e passivos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Montepio Seguros tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na

data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

m) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efetiva. Os juros dos ativos financeiros ao justo valor através dos resultados são igualmente incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

n) Relato por segmentos da atividade seguradora

A Montepio Seguros não adotou o IFRS 8 uma vez que não é uma entidade cotada. A informação apresentada relativa a segmentos (ramos de negócio) respeita os requisitos de divulgação definidos pela ASF. Ver Nota 2.

o) Caixa e equivalentes de caixa

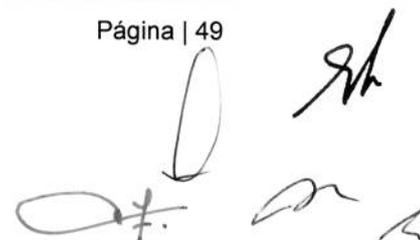
Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

p) Propriedades de investimento

A Montepio Seguros classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transação diretamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Montepio Seguros venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.



q) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

r) Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm por objetivo reduzir o montante dos prêmios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados são refletidos na rubrica Devedores – por Operações de Seguro Direto. O cálculo destes ajustamentos é efetuado com base no valor dos prêmios por cobrar, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pela ASF, de base económica.

O ajustamento para dívidas de cobrança duvidosa foi calculado tendo por base o valor estimado de realização dos saldos de natureza duvidosa, incluídas na rubrica de Outros devedores.

s) Empréstimos concedidos

Os empréstimos concedidos aos mediadores são efetuados através de contratos mútuos e com garantias reais. Relativamente a empréstimos de outra natureza são concedidos com garantia hipotecária.

t) Locações

A Montepio Seguros classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos na IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pela Montepio Seguros à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

u) Outros devedores e credores por operações de seguros e outras operações

Em todos os devedores os créditos encontram-se valorizados ao custo amortizado líquido dos ajustamentos efetuados nos termos de normas específicas da ASF sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos e em mora relevados em contas de terceiros e sem garantia real adequada.

v) Acréscimos e diferimentos

A aplicação do princípio da especialização dos exercícios conduz à existência de ativos e passivos que são perdas ou ganhos por reconhecer e já liquidados, ou perdas ou ganhos já reconhecidos e ainda por liquidar.

w) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

x) Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

y) Gastos por natureza imputados às funções

Em cumprimento com as regras da ASF, o Grupo procede à imputações dos custos por funções.

Os custos são imputados diretamente às funções (sinistros, investimentos, aquisição e administrativa) na fase da contabilização por natureza.

Todos os casos em que não seja possível a imputação direta à função são enquadrados numa função genérica.

Periodicamente, para o acumulado de custos da função genérica, é feita uma imputação indireta às funções definidas, na proporção dos custos que, no período em análise, tenham sido imputados diretamente às referidas funções.

Imputação dos custos por ramos

A imputação aos ramos é feita após a imputação às funções, ou seja, aquando da entrada nas contas de custos por funções.

Em cada ramo é levada em consideração a componente direta evidente e a componente indireta que resulta da aplicação de determinados critérios ao montante de custos não diretamente imputados.

Principais estimativas contábilísticas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

Na aplicação das políticas contábilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras do Grupo incluem as abaixo apresentadas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Montepio Seguros determina que existe imparidade nos seus ativos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo face ao respetivo custo de aquisição. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. De acordo com as políticas da Montepio Seguros, 30% de desvalorização no justo valor de um instrumento de capital é considerada uma desvalorização significativa e o período de 1 ano é assumido como uma desvalorização continuada do justo valor abaixo de custo de aquisição, para instrumentos de capital e eventos que alterem os *cashflows* futuros estimados para títulos de dívida. No julgamento efetuado, a Montepio Seguros avalia entre outros fatores, a volatilidade normal dos preços das ações. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados da Montepio Seguros.

Provisões técnicas e passivos financeiros relativos a contratos de seguro

As provisões técnicas, incluindo provisões para sinistros, correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos de seguro.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Montepio Seguros e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para prémios não adquiridos, (ii) provisão para riscos em curso, (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respetivas, (iv) provisão matemática de contratos vida, (v) provisão para participação nos resultados atribuída, (vi) provisão para participação nos resultados a atribuir e (vii) teste de adequação das responsabilidades.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Montepio Seguros é reconhecido como perda nos resultados.

A Montepio Seguros estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Montepio Seguros avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas.

As provisões são revistas periodicamente. A Montepio Seguros regista provisões para sinistros dos ramos não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.



As provisões para sinistros não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais.

Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Montepio Seguros de qual será o custo último de regularização dos sinistros.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afetadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são diretamente quantificáveis, particularmente numa base prospetiva.

Alterações a estes pressupostos e metodologias poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Cálculo da vida útil estimada para ativos fixos tangíveis, incluindo imóveis, e ativos intangíveis

A vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis é revista em cada período de relato. No âmbito destas rubricas, a Montepio Seguros concede um grau particular de monitorização à vida útil dos imóveis de serviço próprio e da carteira de apólices adquirida à Real Seguros. Alterações à vida útil destes ativos são tratadas prospetivamente.

Determinação de responsabilidades com benefícios pós-emprego: pressupostos utilizados.

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Impostos sobre os lucros

O cálculo dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas podem conduzir a um diferente nível de imposto calculado, reconhecido no período, quer corrente quer diferido. De acordo com a legislação fiscal em vigor, existe a possibilidade de as Autoridades Fiscais, poderem rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Grupo durante um período de quatro anos, ou duração superior se estiver em causa a dedução de prejuízos fiscais, sendo nesse caso aplicado um período idêntico ao limite temporal de dedução dos mesmos.

Assim sendo, é possível que haja correções à matéria coletável, resultante principalmente de diferenças de interpretação da legislação fiscal em vigor. Contudo, é convicção do Conselho de Administração do Grupo, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Imparidade do goodwill

O valor recuperável do goodwill registado no ativo do Grupo é revisto anualmente independentemente da existência de sinais de imparidade.

Para o efeito, o valor de balanço das entidades do Grupo para as quais se encontra reconhecido no ativo o respetivo goodwill, é comparado com o seu valor recuperável. É reconhecida uma perda por imparidade associada ao goodwill quando o valor recuperável da entidade a ser testada é inferior ao seu valor de balanço.



Na ausência de um valor de mercado disponível, o mesmo é calculado com base em técnicas de valores descontados usando uma taxa de desconto que considera o risco associado à unidade a ser testada. A determinação dos fluxos de caixa futuros a descontar e da taxa de desconto a utilizar envolve julgamento.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

4. Perímetro de consolidação e Investimentos em associadas

Seguidamente apresenta-se a estrutura do Grupo com discriminação das empresas nas quais exerce controlo ou influência significativa na sua gestão, e que foram incluídas no perímetro de consolidação.

	2016		2015		Actividade
	% de Interesse económico	Método de consolidação	% de Interesse económico	Método de consolidação	
Subsidiárias					
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	96,78%	Integral	96,77%	Integral	Seguros não vida
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	99,79%	Integral	99,79%	Integral	Seguros vida
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	76,77%	Integral	76,77%	Integral	Gestão de fundos de pensões
N Seguros, S.A.	100,00%	Integral	96,77%	Integral	Seguros não vida
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.	94,96%	Integral	93,85%	Integral	Gestão de condomínios
Empresa Gestora de Imóveis Rua do Prior	99,79%	Integral	99,79%	Integral	Imobiliária
Associadas					
Clinica Serv. Médicos Comp. Belém, S.A.	24,50%	Eq. Patrimonial	24,50%	Eq. Patrimonial	Cuidados de saúde

No exercício de 2016, a Montepio Seguros aumentou a sua participação nas subsidiárias Lusitania, Companhia de Seguros, S.A. (“Lusitania Seguros”) para 96,78%, e na N Seguros, S.A. (“N Seguros”) para 100% como resultado da aquisição da totalidade da participação à Lusitana Seguros, pelo montante de Euros 17.500.000. Esta transação foi efetuada ao valor contabilístico, de acordo com as opções permitidas pelos IFRS considerando que se trata de uma transação entre entidades sob o mesmo controlo.

No exercício de 2015, a Montepio Seguros aumentou a sua participação na subsidiária Sociedade Portuguesa de Administrações (“SPA”) para 94,95%.

Ainda no exercício de 2015, a Montepio Seguros alienou a totalidade da participação que detinha na Lykeion – Centro de Conhecimento, Unipessoal, Lda, tendo reconhecido uma menos valia realizada de Euros 50.000.

O detalhe dos Investimentos em filiais e associadas é apresentado como se segue:

	Fracção de Capital Detida	Valor Contabilístico	Empresa-Mãe	Empresa-Mãe Topo Grupo	Capitais Próprios	Ano	Resultado
Clinica Serviços Médicos Comp. Belém, S.A.	24,50%	257	José Mello Saúde	José Mello Saúde	1.874	2015	99

Interesses que não controlam

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os interesses que não controlam, podem ser analisados como segue:

Subsidiária	Interesses que não controlam (balanço)		Interesses que não controlam (resultados)	
	2016	2015	2016	2015
	Euros			
Lusitania, Companhia de Seguros, S.A.	(1.684.716)	(3.140.527)	(254.394)	(942.302)
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A.	(40.642)	188.688	6.262	9.587
Futuro – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	84.154	1.287.996	(40.277)	44.141
N Seguros, S.A.	-	(162.212)	-	(38.995)
Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.	16.808	62.471	1.321	7.340
Empresa Gestora de Imóveis Rua do Prior	(5.701)	6.695	241	4.881
TOTAL	(1.630.097)	(1.766.889)	(286.847)	(915.348)

5. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e ativos de resseguro

5.1. Prestação de informação que permita identificar e explicar as quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro

As provisões técnicas são analisadas como segue:

	2016		2015	
	Seguro directo	Resseguro cedido	Seguro directo	Resseguro cedido
Euros				
Provisão matemática ramo vida	100.411.975	(205.792)	101.314.409	(220.105)
Provisão para sinistros	285.282.974	(44.115.092)	282.163.629	(34.920.677)
Provisão para prémios não adquiridos	47.425.100	(7.592.494)	47.349.339	(8.115.766)
Provisão para participação nos resultados	10.102.588	(1.115.594)	11.301.826	(39.639)
Provisão para riscos em curso	4.801.195	-	12.664.051	-
Provisão para desvios de sinistralidade	7.289.944	-	6.753.116	-
Total	455.313.776	(53.028.972)	461.546.370	(43.296.187)

A provisão para sinistros de seguro direto é analisada como segue:

Seguro Direto	Balanço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2016	2015	2016	2015
Euros				
Vida	20.516.532	21.686.560	(1.170.029)	2.995.542
Não Vida	264.766.442	260.477.069	4.289.372	2.851.441
Acidentes de Trabalho	138.048.072	134.902.700	3.145.373	10.907.925
Acidentes Pessoais e Doença	4.656.397	5.362.308	(705.911)	1.141.290
Incêndio e outros danos	29.130.264	17.714.883	11.415.381	394.837
Automóvel	71.994.680	78.548.672	(6.553.991)	(6.322.418)
Marítimo, Aéreo e Transportes	8.688.275	11.833.123	(3.144.849)	(3.393.976)
Responsabilidade civil geral	8.069.126	9.924.493	(1.855.367)	(22.953)
Crédito e Caução	1.126.748	1.124.363	2.384	128.467
Proteção jurídica	5.440	5.588	(148)	5.588
Assistência	616	1.059	(444)	1.059
Outros	3.046.824	1.059.880	1.986.944	11.622
Total	285.282.974	282.163.629	3.119.343	5.846.983

A provisão para sinistros de resseguro cedido refletida no ativo é analisada como segue:

Resseguro Cedido	Balço		Variação de Ganhos e Perdas	
	2016	2015	2016	2015
Vida	9.800.249	10.093.043	(633.875)	427.698
Não Vida	34.314.843	24.827.634	9.487.209	(55.262)
Acidentes de Trabalho	622.541	2.291.362	(1.668.821)	698.637
Acidentes Pessoais e Doença	45.672	51.097	(5.425)	(838)
Incêndio e outros danos	20.563.064	10.391.563	10.171.501	559.373
Automóvel	4.670.354	5.588.684	(918.330)	(1.483.249)
Marítimo, Aéreo e Transportes	3.453.537	3.006.768	446.769	(494.720)
Responsabilidade civil geral	1.491.851	1.955.289	(463.438)	388.951
Crédito e Caução	602.673	603.441	(768)	249.114
Proteção jurídica	76	77	(1)	11.454
Assistência	-	-	-	-
Outros	2.865.075	939.353	1.925.722	16.016
Total	44.115.092	34.920.677	8.853.334	372.436

A provisão para sinistros de acidentes de trabalho inclui o montante de Euros 126.340.776 (2015: Euros 118.595.519) referente a provisão matemática de acidentes de trabalho e assistência vitalícia, com impacto da alteração da taxa de desconto.

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo voltou a alterar a taxa de desconto associada ao cálculo do valor atual das responsabilidades de Acidentes de Trabalho de 3,75% para 3,25%. O impacto nas demonstrações financeiras ascendeu ao montante de Euros 6.493.303.

A provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de Euros 8.242.984 (2015: Euros 8.937.905) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2016 e ainda não reportados (IBNR). Inclui ainda uma estimativa no montante de Euros 4.784.431 (2015: Euros 4.656.543) para encargos de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados.

A provisão para sinistros de resseguro cedido inclui uma provisão estimada no montante de Euros 7.213.865 (2015: Euros 7.773.973) relativo a sinistros ocorridos até 31 de dezembro de 2016 e ainda não reportados (IBNR).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 as outras provisões técnicas são analisadas como segue:

	Euros		
	2015	Dotações / reduções	2016
Provisão para desvios de sinistralidade	6.753.116	536.828	7.289.944
Provisão para riscos em curso	12.664.051	(7.862.856)	4.801.195
Total	19.417.167	(7.326.028)	12.091.139

A evolução dos custos com sinistros dos ramos não vida pode ser analisada como segue:

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
2007	50.084.872	23.758.984	15.951.726	23.101.932	19.614.212	18.314.452	16.601.106	12.519.574	12.475.204	12.095.509
2008		47.208.687	20.210.233	28.580.917	21.195.127	19.141.349	15.421.589	12.874.692	13.290.465	12.111.990
2009			46.573.972	43.632.844	24.327.588	20.739.128	16.148.852	13.666.000	12.177.476	11.100.881
2010				90.452.582	35.394.691	23.845.502	18.181.285	14.283.692	11.670.491	10.140.715
2011					92.599.208	40.780.405	30.157.287	21.555.204	15.912.799	14.470.673
2012						70.402.705	32.724.501	19.858.045	12.652.318	9.588.863
2013							64.495.069	24.133.454	16.116.815	11.680.905
2014								63.317.513	28.200.269	17.861.796
2015									67.240.782	25.300.283
2016										68.908.211
Montantes Pagos para os anos de corréncia	84.298.329	80.832.352	88.046.332	169.996.024	186.066.462	185.844.701	159.582.336	143.513.900	151.383.228	149.547.703

No quadro acima são apresentados os montantes pagos e provisões para sinistros associados aos sinistros compreendidos entre 2007 e 2016.

O desenvolvimento da provisão relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos é analisado como segue:

Ramos / Grupos de ramos	Euros			
	Provisão para sinistros em 31/12/2015 (1)	Custos com sinistros montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros em 31/12/2016 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	21.686.561	4.127.519	14.489.579	(3.069.463)
ACIDENTES E DOENÇA	140.265.008	28.573.185	122.444.928	10.753.105
INCÊNDIO E OUTROS DANOS AUTOMÓVEL	17.714.883	7.150.179	12.309.196	1.744.492
-RESPONSABILIDADE CIVIL	70.037.902	29.774.728	40.767.125	503.951
-OUTRAS COBERTURAS	8.510.770	3.447.378	2.195.678	(2.867.714)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	11.833.123	4.331.950	8.074.753	573.580
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	9.924.493	1.450.799	7.679.818	(793.876)
CRÉDITO E CAUÇÃO	1.124.363	3.151	1.126.747	5.535
PROTEÇÃO JURÍDICA	5.588	14.971	4.407	13.790
ASSISTÊNCIA	1.059	26.812	492	26.245
DIVERSOS	1.059.879	280.781	1.590.315	811.217
TOTAL GERAL	282.163.629	79.181.453	210.663.038	7.700.862

Ramos / Grupos de ramos	Euros			
	Provisão para sinistros em 31/12/2014 (1)	Custos com sinistros montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros em 31/12/2015 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	18.691.020	3.781.160	13.351.488	(1.558.372)
ACIDENTES E DOENÇA	128.215.793	25.005.717	115.525.398	12.315.322
INCÊNDIO E OUTROS DANOS AUTOMÓVEL	17.320.046	5.668.073	10.377.523	(1.274.450)
-RESPONSABILIDADE CIVIL	74.678.115	22.020.898	45.063.815	(7.593.402)
-OUTRAS COBERTURAS	10.192.976	4.053.218	2.152.192	(3.987.566)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	15.227.100	9.499.403	8.625.442	2.897.745
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	9.947.447	1.328.055	9.315.110	695.718
CRÉDITO E CAUÇÃO	995.896	198.285	1.122.656	325.045
PROTEÇÃO JURÍDICA	5.692	7.978	5.221	7.507
ASSISTÊNCIA	1.083	339	637	(107)
DIVERSOS	1.041.481	75.628	1.048.520	82.667
TOTAL GERAL	276.316.649	71.638.754	206.588.002	1.910.107

Os custos com sinistros por ramos são analisados como segue:

Euros

Ramos/Grupos de Ramos	2016			
	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (1)+(2)+(3)=(4)
SEGURO DIRECTO				
VIDA	28.566.666	677.007	(1.653.955)	27.589.718
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	47.413.830	5.172.678	2.610.004	55.196.512
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	18.800.271	1.675.786	11.386.446	31.862.503
AUTOMÓVEL	64.826.681	4.429.678	(7.597.581)	61.658.778
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	4.628.155	71.720	(3.142.928)	1.556.947
RESPONSABILIDADE CÍVIL GERAL	1.584.423	102.672	(1.858.315)	(171.220)
CRÉDITO E CAUÇÃO	2.534	616	3.303	6.453
PROTECÇÃO JURÍDICA	-	52.142	(148)	51.994
ASSISTÊNCIA	-	78.571	(444)	78.127
DIVERSOS	289.938	602	1.986.944	2.277.484
TOTAL	166.112.498	12.261.472	1.733.326	180.107.296
RESSEGURO ACEITE	1.481.685	3.518	-	1.485.203
TOTAL GERAL	167.594.183	12.264.990	1.733.326	181.592.499

Euros

Ramos/Grupos de Ramos	2015			
	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (1)+(2)+(3)=(4)
SEGURO DIRECTO				
VIDA	85.619.210	664.365	2.995.541	89.279.116
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	45.659.903	5.578.996	12.799.181	64.038.080
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	16.241.592	1.516.590	378.772	18.136.954
AUTOMÓVEL	62.367.735	4.683.162	(8.542.829)	58.508.068
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	13.204.117	120.080	(3.391.791)	9.932.406
RESPONSABILIDADE CÍVIL GERAL	1.420.352	157.727	(4.112)	1.573.967
CRÉDITO E CAUÇÃO	197.212	1.192	128.373	326.777
PROTECÇÃO JURÍDICA	287	52.780	(104)	52.963
ASSISTÊNCIA	255	105.092	(24)	105.323
DIVERSOS	75.607	548	18.397	94.552
TOTAL	224.786.270	12.880.532	4.381.404	242.048.206
RESSEGURO ACEITE	1.837.682	4.484	-	1.842.166
TOTAL GERAL	226.623.952	12.885.016	4.381.404	243.890.372

A provisão matemática do ramo vida decompõe-se como segue:

	2016		2015	
	Seguro directo	Resseguro cedido	Seguro directo	Resseguro cedido
Risco	5.359.208	(205.792)	4.916.971	(220.105)
Capitalização	95.052.767	-	96.397.438	-
Total	100.411.975	(205.792)	101.314.409	(220.105)

De acordo com os requisitos do IFRS 4, os contratos de seguro emitidos pelo Grupo relativamente aos quais existe apenas a transferência de um risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, foram classificados como contratos de investimento.

A provisão para participação nos resultados refere-se exclusivamente ao ramo vida e é analisada como segue:

	Euros			
	2016		2015	
	Seguro directo	Resseguro cedido	Seguro directo	Resseguro cedido
Provisão para participação nos resultados atribuída	2.188.451	(1.115.594)	2.558.539	(39.639)
Provisão para participação nos resultados a atribuir	7.914.137	-	8.743.287	-
Total	10.102.588	(1.115.594)	11.301.826	(39.639)

A movimentação do exercício ocorrida na participação nos resultados atribuída de seguro direto é como segue:

Participação nos resultados atribuída	Euros	
	2016	2015
Saldo inicial	2.558.539	2.605.799
Participação Distribuída		
- por provisão matemática	(1.061.111)	(1.091.312)
- em numerário	(75.893)	(7.030)
	(1.137.004)	(1.098.342)
Participação Atribuída		
- por resultados do exercício	766.916	1.051.082
	766.916	1.051.082
Saldo final	2.188.451	2.558.539

5.2. Gestão de riscos

No ano 2016 entrou em vigor o regime prudencial Solvência II, após a transposição da Diretiva Solvência II, através da Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro. Neste normativo está estabelecido um período transitório de dois anos, para que as empresas de seguros atinjam o nível de solvência (SCR) de 100%. Para além deste período transitório, estão previstas medidas transitórias e de longo prazo que permitem um processo de transição suavizado para o regime prudencial. Estas medidas encontram-se estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 6/2015-R, de 17 de dezembro, da ASF.

Como referido anteriormente, a Montepio Seguros é a *holding* do Grupo Montepio para a área seguradora e de gestão de fundos de pensões. Consolida as participações de três empresas de seguros – Lusitania Companhia de Seguros, S.A., Lusitania Vida, S.A. e a N Seguros, S.A. - e de uma entidade gestora de fundos de pensões – Futuro - Soc. Gestora de Fundos de Pensões, S.A., bem como duas entidades dedicadas à gestão imobiliária.

A atuação da *holding* é realizada de forma integrada, centrando-se na gestão do capital necessário para o desenvolvimento das atividades das suas participadas. A gestão das empresas participadas é autónoma e orientada pelos planos estratégicos de cada unidade.

No âmbito dos trabalhos (iniciados na fase preparatória) para o regime solvência II, a Montepio Seguros acompanha os planos individuais das suas participadas do setor segurador, de forma a alinhar o seu posicionamento face às exigências de capital que possam ocorrer, tendo em conta a necessidade de assegurar o cumprimento quanto aos requisitos de capital de solvência.

No processo de apuramento dos riscos e da solvência, foi desenvolvido de acordo com os princípios gerais, tendo sido utilizado o método de cálculo 1 – dados consolidados. Para este efeito, considerou-se relevante a realização de uma nova consolidação do balanço da Montepio Seguros, definindo um novo perímetro de consolidação em Solvência II atendendo às regras contabilísticas seguidas na *holding*, de forma a integrar apenas as empresas de seguros sujeitas ao novo regime de supervisão prudencial: Lusitania Seguros, N Seguros e Lusitania Vida. A análise integral do Grupo deve ter em conta, também, a informação detalhada de cada uma destas empresas de seguros participadas.

Para além da execução das medidas previstas nos planos de trabalho de cada empresa seguradora no âmbito do regime de solvência II, a Montepio Seguros acompanha o apuramento dos requisitos de capital, bem como os trabalhos associados ao desenvolvimento do Pilar II, relativamente às orientações quanto ao sistema de governação.

No âmbito das orientações da EIOPA sobre a governação, a gestão dos riscos e da solvência assenta num modelo descentralizado, cabendo a cada empresa desenvolver as suas funções-chave, bem como adequar a sua estrutura organizacional às melhores práticas. De uma forma regular é desenvolvido o exercício de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA), que permite à Montepio Seguros a monitorização dos níveis de solvência no regime prudencial, assim como a definição das medidas necessárias com vista a atingir os seus objetivos nesta matéria.

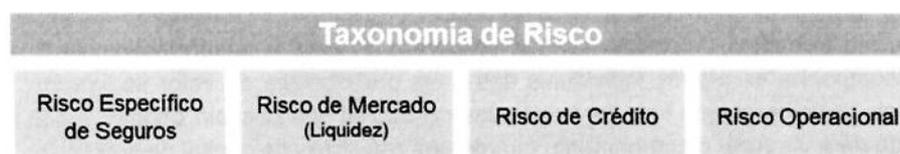
No âmbito do período transitório, foi aprovada pela ASF a aplicação da dedução transitória às provisões técnicas da linha de negócio Doença similar a Vida e do ramo Vida e está a ser aplicado o ajustamento simétrico do risco acionista. À data, encontra-se em análise e apreciação junto do Regulador um conjunto de medidas com vista à melhoria do nível de solvência, entre as quais se destaca a utilização da medida de longo prazo relativa ao ajustamento de volatilidade à estrutura temporal das taxas de juro sem risco relevante no cálculo das melhores estimativas.

De acordo com o que está estabelecido na legislação, os dados definitivos da margem de solvência serão divulgados publicamente durante o mês de junho através do Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira.

O Grupo tem como compromisso prioritário a implementação de mecanismos de avaliação e gestão de risco integrados em um sistema de gestão de riscos descentralizado nas diversas empresas do Grupo.

O Grupo está exposto a uma diversidade de riscos inerentes aos seus ativos financeiros, ativos de resseguro e passivos. Existe um conjunto de riscos diretamente relacionados com a gestão financeira do Grupo, abrangendo as funções investimento, financiamento e gestão integrada dos ativos e passivos financeiros, e, ainda, riscos que não estão diretamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, destacando-se em particular, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

A gestão de riscos do Grupo é efetuada separadamente para o ramo vida e não vida. Os principais riscos a que o Grupo se encontra exposto são os seguintes:



5.2.1. Gestão de riscos - Vida

Os riscos específicos de seguros estão subjacentes à comercialização dos contratos de seguros e são os seguintes:

- **Risco de mortalidade:** risco de agravamento da mortalidade real face à mortalidade esperada;
- **Risco de longevidade:** risco de diminuição da mortalidade real face à mortalidade esperada;
- **Risco de despesas:** risco de aumento das despesas reais face às despesas esperadas;
- **Risco de invalidez:** risco de agravamento da invalidez real face à invalidez esperada;
- **Risco catastrófico:** risco de perdas face a um evento catastrófico relevante e inesperado; e,
- **Risco de descontinuidade:** risco de perdas face ao resgate ou anulação inesperada dos contratos de seguro.

O Grupo calcula o *Embedded Value* relativo ao negócio do ramo vida, em que uma das análises consiste no apuramento das seguintes sensibilidades relativas aos contratos de seguro:

Euros					
2016					
Análise de sensibilidade	Produtos Financeiros	Produtos de Rendas	Produtos Tradicionais	Produtos Temporários Anuais Renováveis	Total
Valor actual da carteira (VIFB)	11.253.113	109.309	5.097.864	5.906.494	22.366.780
Mortalidade +15%	222.993	974.340	(390.394)	(4.147.814)	(3.340.875)
Despesas +10%	(924.311)	(30.116)	(154.552)	(140.115)	(1.249.094)
Resgates / Anulações x 200%	1.591.653	-	133.662	(669.384)	1.055.931
Resgates / Anulações x 50%	(1.655.010)	-	(226.793)	788.517	(1.093.286)
Taxa de desconto +1%	13.782.789	22.234.890	292.271	(235.886)	36.074.064
Taxa de desconto -1%	(15.769.328)	(24.274.132)	(328.160)	259.227	(40.112.393)

Euros					
2015					
Análise de sensibilidade	Produtos Financeiros	Produtos de Rendas	Produtos Tradicionais	Produtos Temporários Anuais Renováveis	Total
Valor actual da carteira (VIFB)	11.058.577	1.273.893	4.933.253	8.442.428	25.708.151
Mortalidade +15%	179.121	674.716	(350.247)	(2.402.642)	(1.899.052)
Despesas +10%	(583.469)	(42.554)	(118.388)	(84.325)	(828.736)
Resgates / Anulações x 200%	1.462.688	-	74.798	(1.497.506)	39.980
Resgates / Anulações x 50%	(1.534.906)	-	(152.196)	2.115.004	427.902
Taxa de desconto +1%	11.777.004	18.009.042	269.106	(588.279)	29.466.873
Taxa de desconto -1%	(13.623.129)	(15.372.687)	(324.476)	685.345	(28.634.947)

Os quadros anteriores apresentam os valores das carteiras de seguros, ou seja, os valores atuais dos lucros futuros das mesmas e os respetivos impactos resultantes da variação dos pressupostos, usando a metodologia do *Market Consistent Embedded Value*, com base nos valores de 31 de dezembro de 2016 e 2015.



5.2.2. Gestão de riscos – Não-Vida

Estes riscos estão detalhados na Tabela de Riscos que se encontra disponível na Cadeia de Valor das subsidiárias do ramo não vida e são comunicados a todos os elementos do Grupo, dada a sua importância para a atividade do Grupo.

5.2.2.1. Risco Especifico de Seguros

O Risco Especifico de Seguros refere-se a todos os riscos inerentes à atividade seguradora, excluindo os elementos cobertos pelos risco financeiro e operacional. É o risco de perda, ou de evolução desfavorável do valor dos elementos do passivo decorrente da atividade, devido a uma fixação de preços inadequada e a pressupostos de provisionamento incorretos.

Tais perdas podem ter origem numa multiplicidade de fatores, como, por exemplo deficientes processos de desenho e tarifação dos produtos, análise e subscrição do risco, provisionamento das responsabilidades, gestão de sinistros e resseguro.

O risco específico de seguros pode ser mitigado pela política de resseguro, através da qual, uma parte dos riscos assumidos pelo Grupo é transferido para uma resseguradora ou um conjunto de resseguradores.

Um dos riscos mais relevantes é o de subscrição. Representa os vários tipos de riscos que estão direta ou indiretamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade no cumprimento das responsabilidades. Podem assumir a forma de subtarifação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como os riscos catastróficos.

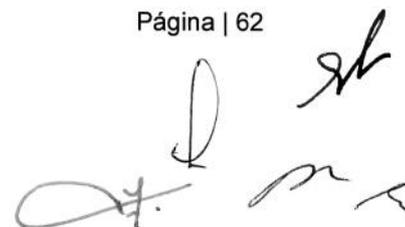
O risco de prémios ou de subtarifação é controlado por modelos atuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro lado, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões. A exposição aos maiores riscos está devidamente assegurada pela proteção dos respetivos tratados de resseguro, a cargo de um conjunto de resseguradores líderes de mercado.

A concentração de riscos pode levar a perdas potenciais consideráveis, pelo que o Grupo tem feito um esforço, nos últimos anos, em diversificar o seu negócio, não apenas ao nível dos clientes, mas também ao nível dos produtos.

O Grupo efetua análises de sensibilidade no decurso dos estudos atuariais para determinar a adequabilidade dos prémios e do índice de provisionamento e respetivos impactos ao nível do resultado.

Entendeu-se como relevante efetuar análises de sensibilidade que se passam a descrever:

- A diminuição da taxa técnica implícita ao cálculo das provisões matemáticas das pensões não obrigatoriamente remíveis, assim como da provisão com encargos futuros com assistência vitalícia a sinistrados com incapacidade permanente e encargos futuros com o Fundo de Acidentes de Trabalho, em 50 pontos base, provoca uma variação das mesmas em Euros 7,19 milhões;

- Na análise de sensibilidade ao ramo Acidentes de Trabalho, a variação dos custos com sinistros, expurgado o efeito da alteração da taxa de juro, em 5% provoca uma alteração na taxa de sinistralidade que passa de 86,4% para 90,8% dos prémios adquiridos; e,
- Elaborada análise semelhante em relação ao ramo Automóvel observa-se uma alteração da sinistralidade de 74,2% para 77,9%.

Por outro lado, o Grupo realiza análises de sensibilidade às principais rubricas de custos relacionados com a gestão do negócio Não-Vida, avaliando os eventuais impactos nos resultados antes de impostos:

2016		Variação dos custos com sinistros								
Euros 000		-20%	-15%	-10%	-5%	0%	5%	10%	15%	20%
Variação dos custos de exploração	-20%	34.885	28.655	22.237	14.729	6.507	(1.849)	(11.225)	(20.620)	(30.015)
	-15%	33.594	27.363	20.758	13.174	4.882	(3.665)	(13.059)	(22.454)	(31.849)
	-10%	32.303	26.072	19.279	11.564	3.257	(5.499)	(14.894)	(24.288)	(33.684)
	-5%	31.011	24.781	17.801	9.939	1.630	(7.333)	(16.728)	(26.123)	(35.616)
	0%	29.720	23.489	16.301	8.314	0	(9.167)	(18.562)	(27.957)	(37.565)
	5%	28.429	22.198	14.784	6.689	(1.709)	(11.002)	(20.396)	(29.792)	(39.513)
	10%	27.137	20.764	13.266	5.064	(3.500)	(12.836)	(22.230)	(31.626)	(41.461)
	15%	25.846	19.286	11.732	3.440	(5.291)	(14.670)	(24.065)	(33.461)	(43.410)
	20%	24.554	17.807	10.121	1.815	(7.110)	(16.504)	(25.899)	(35.296)	(45.358)

2015		Variação dos custos com sinistros								
Euros 000		-20%	-15%	-10%	-5%	0%	5%	10%	15%	20%
Variação dos custos de exploração	-20%	52.172	41.125	30.044	18.772	7.038	(5.586)	(20.117)	(34.648)	(49.197)
	-15%	50.558	39.510	28.429	17.115	5.332	(7.574)	(22.105)	(36.636)	(51.361)
	-10%	48.945	37.895	26.814	15.458	3.612	(9.562)	(24.093)	(38.624)	(53.526)
	-5%	47.331	36.280	25.199	13.766	1.819	(11.551)	(26.082)	(40.613)	(55.690)
	0%	45.718	34.665	23.584	12.060	0	(13.539)	(28.070)	(42.717)	(57.854)
	5%	44.104	33.050	21.969	10.353	(1.819)	(15.528)	(30.059)	(44.881)	(60.018)
	10%	42.491	31.435	20.354	8.605	(3.639)	(17.516)	(32.047)	(47.046)	(62.182)
	15%	40.877	29.820	18.726	6.842	(5.459)	(19.505)	(34.073)	(49.210)	(64.347)
	20%	39.264	28.204	17.069	5.078	(7.278)	(21.493)	(36.238)	(51.375)	(66.511)

As provisões para sinistros, apuradas pela função atuarial revelaram uma margem de conforto que permite frisar a suficiência das provisões face à estimativa das responsabilidades conhecidas ou emergentes no âmbito do exercício de 2015 e anteriores.

Em relação à suficiência das tarifas, os prémios revelaram-se suficientes face aos custos decorrentes da atividade no seguro de Multirriscos Habitação e, tangencialmente, no Multirriscos Comércio. Neste exercício, sujeito à conjuntura adversa, os prémios do seguro de Automóvel, Acidentes de Trabalho e Doença revelaram-se insuficientes face às responsabilidades.

Os rácios de sinistralidade são analisados como se segue:

Rácios de sinistralidade de seguro direto

	2016	2015
Acidentes e Doença	77,7%	103,9%
Incêndio e Outros Danos	72,3%	43,3%
Automóvel	72,2%	74,6%
Transportes	38,9%	161,5%
Responsabilidade Civil	-5,3%	33,6%
Outros	120,6%	15,1%
Totais	71,8%	77,7%

Rácio de cedência de sinistros

	2016	2015
Acidentes e Doença	-0,1%	1,4%
Incêndio e Outros Danos	49,2%	23,2%
Automóvel	0,4%	0,7%
Transportes	90,3%	37,4%
Responsabilidade Civil	-34,6%	38,2%
Outros	94,8%	80,0%
Totais	13,2%	6,8%

Rácio de sinistralidade de resseguro cedido

	2016	2015
Acidentes e Doença	-1,9%	53,4%
Incêndio e Outros Danos	90,4%	25,0%
Automóvel	3,7%	7,2%
Transportes	55,5%	90,6%
Responsabilidade Civil	7,7%	51,5%
Outros	131,1%	29,4%
Totais	63,4%	32,8%

5.2.3. Risco de Mercado

O risco de mercado encontra-se associado a flutuações adversas no valor dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros do Grupo, relacionadas com as volatilidades dos mercados de capitais, mercados cambiais, das taxas de juro e do valor imobiliário. Estas flutuações (adversas) podem traduzir-se em perdas económicas, e no limite, a uma deterioração dos níveis de solvência. Este grupo de riscos, também se encontra relacionado com o risco de *mismatching* entre ativos e passivos associados a responsabilidades de longo prazo.

A exposição aos riscos financeiros é um reflexo da política de investimentos do Grupo, da política do ALM e da política de gestão de liquidez, enquadradas por critérios de prudência na seleção de ativos, próprios da atividade seguradora.



Nas componentes dos riscos de taxa de juro, acionista e imobiliário, o Grupo, acompanha a sua evolução, tendo em conta a valorização dos ativos a preços de mercado, e analisa um conjunto de indicadores, entre os quais se conta o VaR dos títulos financeiros, que apresentam preços em mercados líquidos. O objetivo é acompanhar as tendências que podem afetar as carteiras de investimento do Grupo.

Tipo de taxa da carteira de obrigações

Taxa	Euros			
	2016	Peso	2015	Peso
Taxa fixa	597.550.243	91%	590.179.622	92%
Taxa variável	58.226.089	9%	54.815.085	8%
Total	655.776.332	100%	644.994.707	100%

No caso das análises de sensibilidade, os indicadores são acompanhados para as classes de investimento mais relevantes: obrigações, ações e imobiliário.

Evolução da *duration* (D) e convexidade (C) da carteira de obrigações

4º T 2016		4º T 2015	
D	C	D	C
6,0	128,4	4,9	60,9

O valor da *duration* da carteira de obrigações global registou um ligeiro aumento no final de 2016, refletindo uma maior exposição às variações nas taxas de juro. Esta situação decorre de uma atuação prudente, em face do atual ambiente de baixas taxas de juro e da elevada incerteza quanto à evolução dos mercados financeiros.

Sensibilidade a efeitos isolados – Taxas de Juro

Variação Taxa de Juro				
Carteira de Obrigações em Análise ^(a) - 2016				
-1%	0%	1%	<i>Duration</i>	Convexidade
699.495	656.044	621.015	6,0	128,4

Unidade: milhares de euros

Variação Taxa de Juro				
Carteira de Obrigações em Análise ^(a) - 2015				
-1%	0%	1%	<i>Duration</i>	Convexidade
679.679	646.156	616.565	4,9	60,9

Unidade: milhares de euros

(a) O valor da carteira em análise resulta da cotação de mercado, excluindo juros decorridos e títulos em *default*.

Sensibilidade a efeitos isolados – Ações

Sensibilidade a efeitos isolados – Ações

Carteira de investimentos financeiros em análise ^(a)	Impacto na Carteira de Ativos Financeiros	Variação no Valor das Ações ^(b)			Impacto na Carteira de Ativos Financeiros
		-10%	0%	10%	
2016		-10%	0%	10%	
744.689	-0,61%	40.942	45.491	50.041	0,61%

Unidade: milhares de euros

(a) O valor da carteira inclui as classes de obrigações, ações, fundos de investimento e outros. Não considera imobiliário nem depósitos a prazo.

(b) O valor das ações considera o investimento direto e os fundos de investimento em ações.

Carteira de investimentos financeiros em análise ^(a)	Impacto na Carteira de Ativos Financeiros	Variação no Valor das Ações ^(b)			Impacto na Carteira de Ativos Financeiros
		-10%	0%	10%	
2015		-10%	0%	10%	
726.652	-0,58%	38.125	42.361	46.597	0,58%

Unidade: milhares de euros

(a) O valor da carteira inclui as classes de obrigações, ações, fundos de investimento e outros. Não considera imobiliário nem depósitos a prazo.

(b) O valor das ações considera o investimento direto e os fundos de investimento em ações.

Sensibilidade a efeitos isolados – Imobiliário

Carteira de investimentos financeiros em análise ^(a)	Impacto na Carteira Total	Variação no Valor do Imobiliário ^(b)			Impacto na Carteira Total
		-5%	0%	5%	
2016		-5%	0%	5%	
868.406	-0,37%	60.253	63.424	66.595	0,37%

Unidade: milhares de euros

(a) O valor da carteira inclui as classes de obrigações, ações, imobiliário, fundos de investimento, depósitos a prazo e outros.

(b) O valor do imobiliário inclui terrenos, edifícios e fundos de investimento imobiliário.

Carteira de investimentos financeiros em análise ^(a)	Impacto na Carteira Total	Variação no Valor do Imobiliário ^(b)			Impacto na Carteira Total
		-5%	0%	5%	
2015		-5%	0%	5%	
835.049	-0,53%	83.544	87.941	92.338	0,53%

Unidade: milhares de euros

(a) O valor da carteira inclui as classes de obrigações, ações, imobiliário, fundos de investimento, depósitos a prazo e outros.

(b) O valor do imobiliário inclui terrenos, edifícios e fundos de investimento imobiliário.

O risco de mercado inclui o risco de *spread* que está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários. A exposição ao risco advém, assim, das transações

financeiras do Grupo com emitentes de valores mobiliários. O risco de crédito é gerido, essencialmente com base na política de gestão de investimentos em vigor no Grupo.

No eixo dos emitentes de valores mobiliários, é efetuada uma gestão e monitorização permanente das carteiras de títulos conjunta entre a Direção Financeira, a Sociedade Gestora de Ativos Financeiros do Grupo Montepio e uma entidade especializada em investimentos para entidades institucionais (Companhias de Seguros, Fundos de Pensões, Fundações, Gestão de Patrimónios, ...).

Composição dos investimentos financeiros por setor de atividade

Setor	2016		2015	
		Peso		Peso
Dívida Pública	376.075.451	50%	290.037.928	40%
Financeiro	227.380.474	29%	244.972.680	34%
Industria	63.632.840	9%	73.558.498	10%
Serviços	34.814.139	5%	35.723.751	5%
Transportes e Comur	17.820.689	2%	28.976.079	4%
Imobiliário	7.625.441	1%	21.481.781	3%
Setor Público	-	0%	6.619.403	1%
Supra Nacional	3.788.926	1%	1.753.787	0%
Telecomunicações	1.359.033	0%	1.440.354	0%
Outros	13.020.119	2%	21.307.370	3%
Total	745.517.112	99%	725.871.631	100%

À exceção de três títulos (Moçambique Companhia de Seguros, Acacia Bahrein e o Fundo The Fine Art II L.P.), a totalidade da carteira do Grupo está denominada em euros.

Rating da carteira de obrigações

Rating	2.016		2.015	
		Peso		Peso
AAA	53.737.420	8%	52.125.451	8%
AA+	14.960.977	2%	10.912.306	2%
AA	80.003.162	12%	56.823.243	9%
AA-	2.096.381	0%	102.370	0%
A	43.886.776	7%	55.764.221	9%
A-	214.268	0%	302.637	0%
BBB+	5.734.594	1%	4.708.181	1%
BBB	184.246.418	29%	166.505.243	26%
BBB-	2.415.712	0%	3.303.439	1%
BB+	6.292.728	1%	13.375.666	2%
BB	185.767.327	29%	170.041.985	25%
BB-	-	0%	262.827	0%
B+	-	0%	205.101	0%
B	13.877.881	2%	20.773.964	3%
B-	85.395	0%	-	0%
CCC+	-	0%	-	0%
CCC	-	0%	464.759	0%
D	503.173	0%	-	0%
Sem rating	61.954.120	9%	89.323.314	14%
Total	655.776.332	100%	644.994.707	100%

A componente do risco de concentração trata o risco que resulta de uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, tais como categorias de ativos com potencial de perda suficientemente grande, ou investimentos agregados numa única contraparte ou num número de contrapartes positivamente correlacionadas, bem como a determinados setores de atividade e zonas geográficas, resultando na ameaça da situação financeira ou da solvência da empresa.

Composição dos investimentos financeiros, investimentos em subsidiárias e associadas, imóveis e coleção de arte por país emite:

Países	Euros			
	2016	Peso	2015	Peso
Alemanha	33.774.572	5%	46.090.801	6%
Argentina	85.395	0%	103.626	0%
Austrália	1.174.016	0%	4.748.484	1%
Áustria	18.840.178	3%	20.028.056	3%
Bahrein	4.616.352	1%	4.946.325	1%
Bélgica	2.310.648	0%	-	0%
Brasil	152.155	0%	-	0%
Espanha	87.070.721	12%	59.132.725	8%
Estados Unidos	20.837.114	3%	27.246.666	4%
França	90.423.175	12%	72.051.105	10%
Holanda	59.361.503	8%	92.907.771	13%
Holanda	71.917.930	10%	63.724.602	9%
Itália	36.335.611	5%	21.606.796	3%
Luxemburgo	2.314.796	0%	1.742.799	0%
México	216.087	0%	-	0%
Moçambique	276.757	0%	427.538	0%
Portugal	275.753.507	37%	268.294.831	37%
Reino Unido	33.188.766	4%	37.551.151	5%
Suiça	3.078.901	0%	3.185.830	0%
Supra-nacionais	3.788.926	1%	1.753.786	0%
Diversos	2	0%	328.739	0%
Total	745.517.112	100%	725.871.631	100%

5.2.4. Risco de Liquidez

Risco que advém da possibilidade do Grupo não deter ativos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários para cumprir com responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas.

O Grupo tem definido processos regulares de gestão das necessidades de liquidez que permitem assegurar o cumprimento das obrigações previstas e a aplicação financeira dos excedentes verificados nas contas bancárias.

Adicionalmente, o Grupo monitoriza, com elevada regularidade, a maturidade dos seus produtos segundo os princípios definidos na Política de ALM e na Política de Liquidez, no sentido de adequar o vencimento dos seus instrumentos financeiros às datas de vencimentos dos seus compromissos registados no passivo.

As maturidades relativas aos instrumentos financeiros são analisadas como se segue:

Risco de liquidez 2016	Euros					Maturidade Indeterminada	Total
	até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade			
Caixa e equivalentes depósitos à ordem	23.880.692	-	-	-	-	-	23.880.692
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	53.900	-	608.114	3.958.620	2.249.793	-	6.870.427
Activos financeiros disponíveis para venda	102.883.509	13.623.806	182.882.865	269.948.932	84.544.031	-	653.883.143
Investimentos a deter até à maturidade	-	4.880.545	72.652.395	6.973.895	-	-	84.506.835
Empréstimos e contas a receber	65.438.754	-	-	-	3.487.181	-	68.925.935
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	73.584.921	-	-	-	-	-	73.584.921
Total dos activos financeiros	265.841.776	18.504.351	256.143.374	280.881.447	90.281.005	-	911.651.953
Passivos financeiros	18.515.802	-	17.500.000	-	23.500.000	-	59.515.802
Outros credores por operações de seguros e outras operações	31.222.871	-	-	-	-	-	31.222.871
Total dos passivos financeiros	49.738.673	-	17.500.000	-	23.500.000	-	90.738.673
Líquido	216.103.103	18.504.351	238.643.374	280.881.447	66.781.005	-	820.913.280

Risco de liquidez 2015	Euros					Maturidade Indeterminada	Total
	até 12 meses Maturidade	1-2 anos Maturidade	2-5 anos Maturidade	> 5 anos Maturidade			
Caixa e equivalentes depósitos à ordem	37.360.566	-	-	-	-	-	37.360.566
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	236.446	-	540.897	28	3.185.551	-	3.962.922
Activos financeiros disponíveis para venda	70.152.741	63.962.007	183.328.523	225.508.869	82.055.262	-	625.007.402
Investimentos a deter até à maturidade	13.089.875	-	52.202.162	31.483.022	-	-	96.775.059
Empréstimos e contas a receber	25.114.604	-	-	-	4.465.775	-	29.580.379
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	67.482.265	-	-	-	-	-	67.482.265
Total dos activos financeiros	213.436.497	63.962.007	236.071.582	256.991.919	89.706.588	-	860.168.593
Passivos financeiros	16.347.802	-	-	-	23.500.000	-	39.847.802
Outros credores por operações de seguros e outras operações	21.915.479	-	-	-	-	-	21.915.479
Total dos passivos financeiros	38.263.281	-	-	-	23.500.000	-	61.763.281
Líquido	175.173.216	63.962.007	236.071.582	256.991.919	66.206.588	-	798.405.312

5.2.5. Risco de Crédito

O risco de crédito (ou de incumprimento) está associado à possibilidade de ocorrência de perdas financeiras decorrentes da alteração da situação creditícia das contrapartes (mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras) ou quaisquer devedores a que o Grupo se encontra exposto. O âmbito da definição deste risco inclui contratos de mitigação de risco, tais como tratados de resseguro, securitizações e derivados e dívidas a receber de intermediários.

Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas quer no plano das metodologias de ferramentas de avaliação e controlo dos riscos, quer ao nível dos procedimentos e circuitos de tomada de decisão.

No que se refere aos resseguradores, estes são seleccionados criteriosamente, em função não somente da respetiva capacidade de suporte técnico e geração de valor para o Grupo, como também da solidez económico-financeira que evidenciam.

Painel de resseguradores e respetivo rating

Ressegurador	Rating
Swiss Re	AA-
Munchener Ruck	AA-
PartnerRe	A+
R+V Versicherungs	AA-
QBE Secura	A+
SCOR	AA-
Mapfre Re	A
Nacional Reaseguros	A-
Sirius	A-
Catlin	A-
Odyssey Re	A
Amlin	A+
Endurance	A+
Canopus	A+
Axis Re	A+
XL Re	A+
Assurances M France	A+
RNA - Seguros de Assistência, S.A.	NR
Europ Assistance	NR

Relativamente aos mediadores, na área Não Vida, a seleção dos nossos parceiros é efetuada de acordo com os pressupostos definidos na proposta de valor para a rede de mediação. De igual modo, a atribuição da capacidade de cobrança depende da avaliação da capacidade, competência e idoneidade do mediador, sendo objeto de acompanhamento permanente pela área de Gestão de Contas.

5.2.6. Risco Operacional

Trata-se de riscos de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas e ao não cumprimento das normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em *outsourcing* e no plano de continuidade do negócio.

De modo a mitigar o risco operacional elevou-se o grau de informação na Cadeia de Valor, com um novo desenvolvimento para identificar os riscos associados a cada processo, bem como frequências, impactos e respetivos controlos. Adicionalmente, nas empresas de seguros Não Vida, encontra-se já desenvolvido um modelo com indicadores de gestão operacional referente a processos críticos de negócio.

6. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

A rubrica caixa e equivalentes e depósitos à ordem é apresentada como segue:

	Euros	
	2016	2015
Numerário	3.447.965	680.379
Depósitos à ordem	20.432.727	36.680.187
Total	23.880.692	37.360.566

7. Instrumentos financeiros

7.1 O inventário de títulos e participações está evidenciado no anexo 1.

A rubrica de Ativos financeiros disponíveis para venda, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, é apresentada como segue:

	2016				Euros
	C. Aquisição Amortizado	RJV	Imparidades	Juro	Valor Balanço
Títulos de dívida					
Dívida pública	290.764.846	10.390.142	(296.035)	5.288.805	306.147.758
Outros emissores	241.730.670	15.010.556	(1.116.607)	5.357.022	260.981.641
	532.495.516	25.400.698	(1.412.642)	10.645.827	567.129.399
Acções	15.527.491	80.549	(5.496.221)	38.857	10.150.676
Outros instrumentos de capital e unid. participação	79.842.392	(612.935)	(2.626.389)	-	76.603.068
	95.369.883	(532.386)	(8.122.610)	38.857	86.753.744
Total	627.865.399	24.868.312	(9.535.252)	10.684.684	653.883.143

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Custo de aquisição	Total	Euros
Titulos de dívida						
Dívida pública	306.147.758	-	-	-	306.147.758	
Outros emissores	256.571.260	3.851.580	558.801	-	260.981.641	
	562.719.018	3.851.580	558.801	-	567.129.399	
Acções	3.426.013	-	6.666.741	57.922	10.150.676	
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	69.666.000	-	6.937.068	-	76.603.068	
Total	635.811.031	3.851.580	14.162.610	57.922	653.883.143	

	2015					Euros
	C. Aquisição Amortizado	RJV	Imparidades	Juro	Valor Balanço	
Titulos de dívida						
Dívida pública	208.250.362	19.491.891	-	4.275.562	232.017.815	
Outros emissores	298.312.794	7.091.196	(419.648)	6.590.958	311.575.300	
	506.563.156	26.583.087	(419.648)	10.866.520	543.593.115	
Acções	15.600.915	280.759	(4.752.394)	61.580	11.190.860	
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	72.334.851	665.060	(2.776.484)	-	70.223.427	
	87.935.766	945.819	(7.528.878)	61.580	81.414.287	
Total	594.498.922	27.528.906	(7.948.526)	10.928.100	625.007.402	

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Custo de aquisição	Total	Euros
Titulos de dívida						
Dívida pública	232.017.815	-	-	-	232.017.815	
Outros emissores	291.991.655	3.779.850	15.803.795	-	311.575.300	
	524.009.470	3.779.850	15.803.795	-	543.593.115	
Acções	3.966.303	645.265	6.579.292	-	11.190.860	
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	63.135.738	-	7.087.689	-	70.223.427	
Total	591.111.511	4.425.115	29.470.776	-	625.007.402	

A reconciliação da reserva de justo valor para as demonstrações financeiras é apresentada na Nota 28.

Conforme disposto na IFRS 13, os Instrumentos financeiros são mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*.
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando maioritariamente dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

A rubrica de Investimentos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é apresentada como segue:

	2016			Euros
	C. Aquisição	Valias não realizadas	Valor balanço	
Outros emissores	7.361.528	(2.246.930)	5.114.598	
Instrumentos de capital e unidades de participação	5.526.504	(3.770.675)	1.755.829	
Total	12.888.032	(6.017.605)	6.870.427	

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

	2016			Euros
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Outros emissores	5.114.598	-	-	5.114.598
Instrumentos de capital e unidades de participação	83.340	-	1.672.489	1.755.829
	5.197.938	-	1.672.489	6.870.427

	2015			Euros
	C. Aquisição	Valias não realizadas	Valor balanço	
Outros emissores	6.036.920	(2.534.237)	3.502.683	
Instrumentos de capital e unidades de participação	1.098.569	(638.330)	460.239	
Total	7.135.489	(3.172.567)	3.962.922	

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

	2015			Euros
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Outros emissores	1.118.833	234.998	2.148.852	3.502.683
Instrumentos de capital e unidades de participação	-	124.850	335.389	460.239
	1.118.833	359.848	2.484.241	3.962.922

A maioria dos ativos contemplados no nível 3 corresponde a unidades de participação em fundos de investimento fechados, cujo valor resultou da divulgação do valor líquido global do fundo determinado pela sociedade gestora, conforme as contas auditadas dos respetivos fundos. O património desses fundos resulta de um conjunto diversificado de ativos e passivos valorizados, nas respetivas contas, ao justo valor, com base em metodologias internas utilizadas pela sociedade gestora. Caso existisse uma alteração de +/- 10% no justo valor dos ativos mensurados no nível 3, o impacto antes de impostos no capital próprio ascenderia Euros 1.393.920.

À data de 31 de Dezembro de 2016, a reserva de justo valor associada aos ativos mensurados no nível 3 ascende a Euros 757.544.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de Investimentos a deter até à maturidade é analisada como segue:

	Euros	
	2016	2015
Títulos de dívida		
De emissores públicos	55.226.151	56.399.183
De outros emissores	29.280.684	40.375.876
	84.506.835	96.775.059

Durante o exercício de 2011, o Grupo procedeu à transferência de títulos da carteira ativos disponíveis para venda para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

	Valor de aquisição	Valor de balanço	Na data de transferência		Taxa efectiva ^(a)	Valor de mercado em Dezembro de 2016	Reserva de justo valor amortizada até 31.12.2016
			Reserva de justo valor				
			Positiva	Negativa			
Obrigações	131.685.530	122.687.891	-	(13.828.987)	6,8%	95.170.429	9.510.687

(a) A taxa efectiva foi calculada com base nas taxas forward decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da call, quando aplicável, e a data de maturidade do activo.

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras do Grupo seria o seguinte:

	Euros	
	2016	2015
Impacto em reservas de justo valor	13.060.353	15.685.487
Efeito fiscal	(3.330.390)	(1.449.923)
Total	9.729.963	14.235.564

7.2 Empréstimos concedidos e contas a receber

O detalhe da rubrica de Empréstimos concedidos e contas a receber é apresentado como segue:

	Euros	
	2016	2015
Depósitos junto de empresas cedentes	321.938	161.842
Outros depósitos	65.440.941	25.286.790
Empréstimos concedidos	3.163.056	4.131.747
Total	68.925.935	29.580.379

A rubrica Empréstimos concedidos inclui valores entregues a Parvir - Participações, Gestão e Promoção Imobiliária, S.A. no montante de Euros 2,7 milhões (2015: Euros 2,7 milhões). Os outros depósitos respeitam na totalidade a depósitos a prazo.

7.3 Passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os passivos financeiros relativos a contratos de investimento são analisados como segue:

	Euros	
	2016	2015
Saldo a 1 de Janeiro	335.782.827	338.841.448
Entradas (líquido de comissões)	126.343.905	102.521.169
Montantes pagos	91.329.310	116.046.166
Variação de ganhos e perdas (juro técnico)	(10.346.859)	(10.466.376)
Saldo a 31 de Dezembro	381.144.281	335.782.827

7.4 Outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de outros passivos financeiros é analisada como segue:

	Euros	
	2016	2015
Depósitos de Resseguradores	18.515.802	16.338.901
Passivos Subordinados	41.000.000	23.500.000
Conta caucionada	-	8.901
Total	59.515.802	39.847.802

Em 29 de novembro de 2007, o Grupo procedeu, através da Lusitania Vida, à emissão de obrigações subordinadas no montante de 5 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram subscritas pela Associação Mutualista Montepio Geral. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 130 bp.

Em 30 de dezembro de 2011, o Grupo procedeu, através da Lusitania Seguros, à emissão de obrigações subordinadas no montante de 2,5 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram subscritas pela Caixa Económica Montepio Geral. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 250 bp.

Durante o exercício de 2014, o Grupo procedeu, através da Lusitania Seguros, à emissão de obrigações subordinadas no montante de 9 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram subscritas pelo Montepio Geral – Associação Mutualista. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 650 bp.

Durante o exercício de 2015, o Grupo procedeu, através da Lusitania Seguros, à emissão de obrigações subordinadas no montante de 7 milhões de euros, de prazo indeterminado, as quais foram subscritas pelo Montepio Geral – Associação Mutualista. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 650 bp.

Após o final do 5º ano de vida dos empréstimos referidos, e posteriormente, em cada data de pagamento de juros, o Grupo poderá reembolsar os empréstimos obrigacionistas na sua globalidade, ao par, mediante pré-aviso da sua iniciativa.

Durante o exercício de 2016, o Grupo procedeu, através da Montepio Seguros, à emissão de um o empréstimo obrigacionista e subscrito integralmente a 23 de Dezembro de 2016, pelo Montepio Geral – Associação Mutualista, no montante de Euros 17,5 milhões. Este empréstimo tem um prazo de emissão de 4 (quatro) anos a contar da Data de Subscrição e Pagamento, e paga juros calculados com base na Euribor a 6 meses + 650bp.

7.5 Justo valor

O justo valor dos ativos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

	2016		2015		Euros
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço	
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	23.880.692	23.880.692	37.360.566	37.360.566	
Empréstimos concedidos e contas a receber	68.925.935	68.925.935	128.946.174	29.580.379	
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	73.584.921	73.584.921	67.482.265	67.482.265	
Investimentos a deter até à maturidade	97.708.581	84.506.835	115.002.201	96.775.059	
Activos financeiros ao custo amortizado	264.100.129	260.898.383	348.791.206	231.198.269	
Outros passivos financeiros	47.639.692	59.515.802	36.904.296	39.847.802	
Outros credores por operações de seguros e outras operações	31.222.871	31.222.871	22.085.478	21.915.479	
Passivos financeiros ao custo amortizado	78.862.563	90.738.673	58.989.774	61.763.281	

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de *cashflows* descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do *spread* atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela Montepio Seguros são os seguintes:

Caixa e seus equivalentes

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Empréstimos concedidos e contas a receber e devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações.

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço. A avaliação destes ativos corresponde ao nível 3, de acordo com o IFRS 13.

Investimentos detidos até à maturidade e passivos subordinados

Estes ativos financeiros e os passivos subordinados estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas de juro de mercado ajustadas pelos fatores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respetivos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a avaliação dos investimentos detidos até à maturidade corresponde ao nível 1 e a avaliação dos passivos subordinados corresponde ao nível 3.

Outros passivos e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

Os riscos financeiros são os que decorrem da gestão de ativos devido à volatilidade dos preços e envolvem a exposição aos valores das ações, obrigações ou outros títulos, das taxas de juro e das taxas de câmbio.

A avaliação destes passivos corresponde ao nível 3.

8. Terrenos e edifícios

Os movimentos ocorridos no exercício na rubrica de terrenos e edifícios de uso próprio são analisados como segue:

	Saldo inicial					Euros
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Reavaliações	Saldo em 31 Dezembro
Imóveis de Serviço Próprio						
Terrenos e Edifícios	45.176.452	246.585	-	1.774.666	-	47.197.703
Amortizações Acumuladas						
Terrenos e Edifícios	(6.043.355)	(1.185.690)	-	100.315	-	(7.128.730)
Total	39.133.097	(939.105)	-	1.874.981	-	40.068.973

Os movimentos ocorridos no exercício na rubrica de propriedades de investimento são analisados como segue:

	Saldo Inicial					Euros
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Reavaliações	Saldo em 31 Dezembro
Imóveis de Rendimento						
Terrenos e Edifícios	33.186.951	265.116	(14.289.263)	(1.787.798)	(173.060)	17.201.946
Total	33.186.951	265.116	(14.289.263)	(1.787.798)	(173.060)	17.201.946

Em 31 de dezembro de 2016, os proveitos provenientes dos edifícios de rendimento totalizaram o montante de Euros 859.376 (2015: Euros 2.376.810 euros).

Em 31 de dezembro de 2016, os gastos operacionais em imóveis de rendimentos ascenderam ao montante de Euros 153.176 (2015: Euros 187.019).

A determinação do justo valor dos imóveis de rendimento é efetuada com base em avaliações fornecidas por peritos independentes, cumprindo todos os requisitos definidos pela ASF.

9. Outros ativos fixos tangíveis

Os movimentos ocorridos, no exercício de 2016, relativos a outros ativos fixos tangíveis são analisados como segue:

	Euros				
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates/ Alienações	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 Dezembro
Activos Fixos Tangíveis (Excepto Terrenos e Edifícios)					
Equipamento administrativo	11.082.742	556.750	(2.000)	-	11.637.492
Máquinas e ferramentas	1.164.809	26.530	-	-	1.191.339
Equipamento informático	6.317.089	419.856	-	-	6.736.945
Instalações interiores	2.730.742	-	-	-	2.730.742
Equipamento de transporte	595.451	43.393	(55.545)	(78.195)	505.104
Activos em locação financeira	-	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	104.579	-	-	-	104.579
Património artístico	5.930.852	2.077	-	-	5.932.929
Imobilizações em curso	1.103.836	111.035	-	(363.627)	851.244
	<u>29.030.100</u>	<u>1.159.641</u>	<u>(57.545)</u>	<u>(441.822)</u>	<u>29.690.374</u>
Amortizações Acumuladas					
Equipamento administrativo	(9.885.817)	(511.578)	2.000	-	(10.395.395)
Máquinas e ferramentas	(1.066.846)	(25.863)	-	-	(1.092.709)
Equipamento informático	(5.199.549)	(514.614)	-	-	(5.714.163)
Instalações interiores	(2.292.973)	(130.005)	-	-	(2.422.978)
Equipamento de transporte	(504.915)	(77.324)	39.097	78.195	(464.947)
Activos em locação financeira	-	-	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	(52.720)	(980)	-	-	(53.700)
	<u>(19.002.820)</u>	<u>(1.260.364)</u>	<u>41.097</u>	<u>78.195</u>	<u>(20.143.892)</u>
Total	10.027.280	(100.723)	(16.448)	(363.627)	9.546.482

10. Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica de inventários refere-se a terrenos e edifícios detidos pelo Grupo no âmbito da atividade imobiliária das subsidiárias Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A. e Empresa Gestora de Imóveis Rua do Prior.

11. Ativos intangíveis

A rubrica de ativos intangíveis e os respetivos movimentos ocorridos no exercício é analisada como segue:

	Euros				
	Saldo em 1 Janeiro	Aquisições/ Dotações	Abates	Regularizações/ Transferências	Saldo em 31 Dezembro
Activos Fixos Intangíveis					
Software	1 064 530	-	-	3 205 817	4 270 347
Outros activos intangíveis	4 980 223	275 477	-	(95 932)	5 159 768
Activos intangíveis em curso	4 903 902	4 674 498	-	(3 635 414)	5 942 986
Diferenças de consolidação e de reavaliação (goodwill)	17 334 469	7 100 000	-	-	24 434 469
	<u>28 283 124</u>	<u>12 049 975</u>	<u>-</u>	<u>(525 529)</u>	<u>39 807 570</u>
Amortizações Acumuladas					
Software	(1 035 239)	(368 447)	-	-	(1 403 686)
Outros activos intangíveis	(1 539 146)	(461 820)	-	(70 848)	(2 071 814)
Diferenças de consolidação e de reavaliação (goodwill)	(8 816 149)	(967 923)	-	-	(9 784 072)
	<u>(11 390 534)</u>	<u>(1 798 190)</u>	<u>-</u>	<u>(70 848)</u>	<u>(13 259 572)</u>
Total	16.892.590	10.251.785	-	(696.377)	26.547.998

Como resultado da aquisição da Real Seguros e decorrendo da aplicação da IFRS 3, Concentrações de atividades empresariais, a Montepio Seguros através da Lusitania Seguros reconheceu o valor da carteira adquirida à Real Seguros, por referência à respetiva data de tomada de controlo daquela Companhia (2 de novembro de 2009). O valor da carteira foi determinado através da atualização dos *cashflows* futuros associados às apólices em vigor à data da aquisição, incluindo um ajustamento que reflete o custo do capital investido no negócio adquirido. O valor da carteira é sujeito a testes de

recuperabilidade no final de cada período de reporte por forma a apurar que o valor capitalizado não excede o valor presente dos lucros futuros. O montante líquido por amortizar desta carteira ascende a Euros 7.550.397.

Ainda no seguimento da aplicação da IFRS 3, a Montepio Seguros adquiriu através da Lusitania Vida à Finibanco Vida, uma carteira de seguros de vida associados ao crédito à habitação que foi avaliado em 26 de dezembro de 2016 por Euros 7.100.000. Este activo foi registado como ativo intangível e foi registado pelo seu custo de aquisição estando sujeito a amortizações anuais em linha com os benefícios económicos futuros que originaram o custo de aquisição. Desta forma, anualmente está sujeito a um teste de imparidade.

O Grupo amortiza o valor da carteira durante a vida útil dos contratos (apólices) adquiridos, na proporção dos lucros futuros esperados. O valor remanescente do valor das carteiras da Real e Finibanco Vida, será amortizado como segue:

Euros	
Ano	Amortizações
2017	1.542.124
2018	1.423.973
2019	1.322.886
2020	1.239.128
2021	1.173.775
De 2022 a 2031	6.793.352
De 2032 a 2041	969.936
De 2042 a 2051	185.223
Total	14.650.397

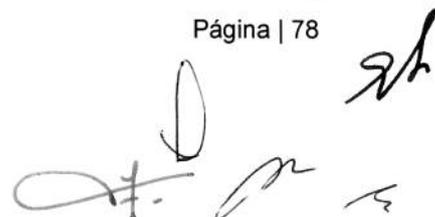
O *goodwill* registado corresponde à aquisição de negócios abaixo identificados entretanto fusionados na Lusitania Seguros, como segue:

milhares de euros	
2016	
Genesis	1.123
Royal & Sun Alliance	2.860
Real Seguros	14.691
	18.674

12. Outros devedores por operações de seguro direto e outras operações

A rubrica Devedores por operações de seguro direto inclui o montante de Euros 41.906.070 (2015: Euros 40.108.220), referente a receita processada antecipadamente e cuja regularização financeira já ocorreu (ver nota 14).

Os movimentos ocorridos no exercício relativamente a perdas por imparidade, são como segue:



	Euros			
	Saldo Inicial	Aumento/Red.	Utilização	Saldo Final
Devedores por operações de seguro directo	816.285	3.059.104	(184.018)	4.059.407
Devedores por operações de resseguro	-	297.335	-	297.335
Devedores por outras operações	3.479.456	514.854	-	3.994.310
Total	4.295.741	3.871.293	(184.018)	8.351.052

Os ajustamentos para créditos de cobrança duvidosa destina-se a reduzir o montante dos saldos a receber, resultantes de operações de seguro direto, de resseguro ou outras, à exceção dos recibos por cobrar, ao seu valor provável de realização. Os ajustamentos de recibos por cobrar têm como objetivo fazer face a perdas resultantes da não cobrança destes ativos.

Inclui ainda os montantes recuperáveis, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica devedores por operações de seguro direto inclui os reembolsos de sinistros e são analisados como segue:

	Euros	
Reembolsos	2016	2015
- Em aberto com menos de 1 ano	2.532.525	1.323.152
- Em aberto com mais de 1 ano	554.177	1.427.909
Total	3.086.702	2.751.061

O valor dos prémios associados a contratos com garantias suspensas pode ser analisado como segue:

	Euros	
	2016	2015
Prémios em Suspensão	2.125.198	2.437.301
Total	2.125.198	2.437.301

13. Outros credores por operações de seguro direto e outras operações

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica Credores por operações de seguro direto inclui o montante de Euros 7.940.617 (2015: Euros 6.289.890), relativo a valores a pagar a mediadores.

14. Acréscimos e diferimentos - Passivo

Indicação por natureza de acréscimo e diferimento, dos montantes reconhecidos no passivo:

	Euros	
	2016	2015
Receita processada antecipadamente	41.906.070	40.108.220
Outros acréscimos e diferimentos	6.018.008	7.806.410
Total	47.924.078	47.914.630

A rubrica Receita processada antecipadamente diz respeito a recibos já pagos pelos tomadores de seguros cujo risco ainda não se iniciou. Por esse motivo, esta receita não se encontra ainda refletida na conta de exploração do Grupo, sendo reconhecida por contrapartida de Devedores por operações de seguro direto (ver nota 12).

15. Provisões

Os movimentos ocorridos nas rubricas de outras provisões são analisados como segue:

	Euros			
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
Outras provisões	10.949.803	1.071.918	(7.800.695)	4.221.026
Total	10.949.803	1.071.918	(7.800.695)	4.221.026

No ano de 2016, com o lançamento, pelo Governo Português, do Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado (Plano PERES), a Companhia decidiu substituir parte das garantias bancárias emitidas a favor da Autoridade Tributária com a adesão ao referido programa, na medida em que, desta forma, limita, em definitivo, o valor das contingências associadas aos processos em causa, assim como vê reduzido o montante de juros e coimas, caso as disputas em tribunal não tenham um desfecho que lhe seja favorável.

Em resultado desta adesão foram utilizadas as provisões associadas às matérias abrangidas por este pagamento. O Conselho de Administração mantém a convicção nos seus argumentos pelo que os processos seguem o seu rumo em tribunal.

De referir que, parte da diminuição ocorrida na rubrica no montante de 3,9 milhões de euros, deve-se ao facto do Grupo ter procedido ao pagamento integral dos processos em execução fiscal, procedendo à utilização da referida provisão.

Adicionalmente a rubrica outras provisões inclui o montante de Euros 1.697.117 (2015: Euros 1.601.972), referente à imputação da cobrança de imposto de selo sobre as comissões pagas à entidade gestora por todos os Fundos de Pensões geridos.

As outras provisões incluem ainda uma provisão para garantia a clientes no âmbito da gestão de fundos de pensões no montante de Euros 1.441.720 (2015: Euros 1.373.107).

16. Imposto sobre o rendimento

Os ativos e passivos por impostos diferidos são analisados como segue:



	Euros					
	Activo		Passivo		Líquido	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Instrumentos financeiros	2.748.918	2.630.058	3.070.962	4.406.949	(322.044)	(1.776.891)
Provisões	1.769.482	2.144.446	-	-	1.769.482	2.144.446
Benefícios a empregados	173.311	207.972	-	-	173.311	207.972
Prejuízos fiscais reportáveis	12.074.569	10.590.510	-	-	12.074.569	10.590.510
Outros	56.755	52.350	900.395	21.703	(843.640)	30.647
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	16.823.035	15.625.336	3.971.357	4.428.652	12.851.678	11.196.684
Compensação entre impostos diferidos activos e passivos	(876.309)	(562.721)	(876.309)	(562.721)	-	-
Imposto diferido activo/(passivo) líquido	15.946.726	15.062.615	3.095.048	3.865.931	12.851.678	11.196.684

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são apresentados pelo seu valor líquido sempre que, nos termos da legislação aplicável, possam ser compensados ativos por impostos correntes com passivos por impostos correntes e sempre que os impostos diferidos estejam relacionados com o mesmo imposto. O cálculo do imposto diferido no final do exercício de 2016 foi apurado pelo Grupo com base na taxa nominal de IRC (21%), acrescida da Derrama Municipal (1,5%) e Derrama Estadual (3% taxa média), que se estima estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, as quais correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas à data do balanço. No que respeita aos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais, a taxa utilizada é apenas a taxa nominal de IRC (21%).

Os impostos diferidos ativos associados a reporte de prejuízos fiscais por ano de caducidade são analisados como segue:

Ano de caducidade	Euros	
	2016	2015
2017	1.027.543	1.074.828
2018	1.308.745	1.308.745
2026	1.560.280	1.560.280
2027	7.001.637	6.646.657
2028	1.176.364	-
Total	12.074.569	10.590.510

O Grupo reconheceu os seus impostos diferidos com base numa avaliação da sua recuperabilidade, tendo em conta a expectativa de lucros fiscais futuros de cada entidade. O reporte de prejuízos fiscais reconhecidos nas demonstrações financeiras foi mensurado tendo por base o plano de negócios aprovado pelo Conselho de Administração.



Para o período de 2017 a 2021 a este documento estão associados os seguintes pressupostos:

- (i) Taxa de desconto: 11,55%;
- (ii) Taxa de crescimento na perpetuidade: 2,15%; e,
- (iii) Taxa de crescimento dos dividendos ao nível da taxa de inflação: 2,15%.

Na sequência da aquisição da Real Seguros em 2009, o Grupo remeteu um pedido à Autoridade Tributária solicitando a autorização para a dedução integral dos prejuízos reportáveis da Real Seguros. Em resposta a este pedido, a Autoridade Tributária estipulou um plano de dedução dos prejuízos fiscais que limitava a sua dedução a 1,29% dos lucros tributáveis do Grupo. Nesta base, existia um ativo contingente não reconhecido nas demonstrações financeiras no montante de Euros 11,2 milhões referente a prejuízos fiscais da Real Seguros. Este ativo contingente encontrava-se reconhecido nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, tendo sido anulado por contrapartida de resultados transitados.

O Decreto-Lei n.º 67/2016, de 3 de novembro, aprovou um regime excecional de regularização de dívidas de natureza fiscal e de dívidas de natureza contributiva à Segurança Social (PERES). A adesão a este regime mediante o pagamento integral das dívidas permite, entre outros benefícios, a dispensa de pagamentos dos juros compensatórios e dos juros de mora. Por outro lado, encontra-se salvaguardado que a adesão a este regime não implica, juridicamente, a aceitação da legalidade fiscal da matéria de direito em litígio, nem prejudica a manutenção do contencioso fiscal, o qual seguirá o curso normal. Após análise detalhada, o Grupo optou por aderir a este regime excecional, mediante um pagamento total de cerca de Euros 3,9 milhões, o qual implicou uma redução das contingências fiscais no mesmo montante.

Em dezembro de 2016, o Grupo, no âmbito do Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado (PERES), ao aderir a este programa, procedeu ao pagamento do montante total dos processos em execução fiscal à data, valor que ascendeu a Euros 3,9 milhões.

O montante de impostos diferidos e correntes reconhecidos nos resultados do exercício e nas reservas pode ser analisado como segue:

	Euros			
	2016		2015	
	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas
Instrumentos financeiros	1.323.860	130.985	(134.507)	2.502.292
Provisões	(374.964)	-	82.929	-
Benefícios de empregados	(9.615)	(25.046)	(9.617)	(25.046)
Prejuízos fiscais reportáveis	1.484.059	-	3.510.734	-
Outros	(871.374)	-	2.492	(1.184)
Imposto diferido	1.551.966	105.939	3.452.031	2.476.062
Impostos correntes	(1.467.765)	(54.375)	(2.462.701)	122.683
Total do imposto reconhecido	84.201	51.564	989.330	2.598.745

A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	Euros			
	2016		2015	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos para reconciliação da taxa de imposto		(7.604.862)		(24.236.556)
Taxa de imposto	21,0		21,0	
Imposto apurado com base na taxa de imposto		1.597.021		5.089.677
Eliminação da dupla tributação - dividendos		119.275		247.889
Menos valias contabilísticas de acções		(193.193)		104.263
Tributações autónomas e outros impostos		(385.863)		(395.092)
Imparidades		(595.193)		(4.211.207)
Prejuízos fiscais não utilizados		6.503		-
Provisões e amortizações não aceites fiscalmente		(205.997)		182.934
Correcção de imposto de exercícos anteriores		(52.910)		(239.370)
Outros		(205.442)		210.236
Imposto sobre o rendimento do exercíco		84.201		989.330

Os ativos e passivos por impostos correntes e taxas são analisados como segue:

	Euros			
	2016		2015	
	Activos por impostos correntes	Passivos por impostos correntes	Activos por impostos correntes	Passivos por impostos correntes
IRC - Impostos A recuperar/(A Pagar)	632.295	146.753	619.235	492.566
IRS - Retenções na Fonte	10.500	(790.677)	11.950	(1.023.591)
IVA - A recuperar/(A Pagar)	-	(8.848)	-	(46.024)
Imposto de Selo	-	(1.484.292)	-	(1.376.386)
SNBPC	-	(434.074)	-	(426.931)
INEM	-	(436.488)	-	(428.816)
ASF	-	(276.719)	-	(254.989)
FAT	-	(7.287.385)	-	(6.551.089)
FGA	-	(323.543)	-	(330.277)
Outros Impostos e Taxas	-	(130.209)	-	(112.074)
Segurança Social	-	(444.497)	-	(398.880)
Total	642.795	(11.469.979)	631.185	(10.456.491)

17. Prémios de contratos de seguro (seguro direto e resseguro aceite)

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a atividade da Grupo pode ser analisada como segue:

Ramos / Grupos de ramos	2016					Euros
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos com exploração brutos	Saldos de resseguro	
SEGURO DIRECTO E RESSEGURO ACEITE						
VIDA	34.033.546	34.033.546	27.589.718	11.138.322		(953.214)
ACIDENTES E DOENÇA	63.916.507	64.039.811	55.196.512	17.349.491		(1.318.637)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	43.887.716	44.388.877	33.413.677	12.205.361		988.933
AUTOMÓVEL						
- RESPONSABILIDADE CIVIL	51.872.627	52.079.231	50.374.880	14.734.697		(2.316.550)
- OUTRAS COBERTURAS	26.020.023	25.975.183	11.187.764	7.454.826		(4.624.619)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	3.892.149	3.900.591	1.587.111	1.130.419		(385.686)
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	5.126.759	5.075.342	(171.220)	1.817.562		(1.089.902)
CRÉDITO E CAUÇÃO	170.622	163.391	6.454	34.812		(53.239)
PROTECÇÃO JURÍDICA	1.544.636	1.558.916	51.993	524.457		(9.424)
ASSISTÊNCIA	2.011.055	1.943.205	78.127	408.268		(216.507)
DIVERSOS	208.934	200.545	2.277.483	78.002		2.019.659
TOTAL	232.684.674	233.358.638	181.592.499	66.876.217		(7.959.186)

Ramos / Grupos de ramos	2015					Euros
	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos com exploração brutos	Saldos de resseguro	
SEGURO DIRECTO E RESSEGURO ACEITE						
VIDA	34.494.992	34.494.992	89.279.116	7.882.763		(627.670)
ACIDENTES E DOENÇA	61.617.075	60.622.449	64.038.080	15.675.754		(99.449)
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	44.979.542	44.323.217	19.979.119	10.722.062		(9.783.951)
AUTOMÓVEL						
- RESPONSABILIDADE CIVIL	52.503.997	52.788.059	42.662.336	18.869.808		(1.828.778)
- OUTRAS COBERTURAS	25.897.511	25.802.058	15.845.732	8.271.629		(4.816.681)
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	6.151.363	6.243.294	9.932.406	1.384.590		303.506
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	4.678.405	4.621.975	1.573.968	1.475.717		(507.320)
CRÉDITO E CAUÇÃO	160.597	159.597	326.777	12.667		322.350
PROTECÇÃO JURÍDICA	1.516.705	1.498.971	52.964	381.513		1.630
ASSISTÊNCIA	1.951.674	1.876.157	105.323	41.554		(204.206)
DIVERSOS	211.835	209.346	94.551	62.370		(64.272)
TOTAL	234.163.696	232.640.115	243.890.372	64.780.427		(17.304.841)

18. Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços

Esta rubrica inclui as comissões de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento no montante de Euro 1.812.738 (2015: Euro 1.555.542).

19. Rendimentos / réditos de investimentos e gastos financeiros

Os rendimentos de investimentos são apresentados como segue:

	Euros	
	2016	2015
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	52.500	87.266
Activos financeiros disponíveis para venda	16.440.627	20.152.666
Activos financeiros detidos até à maturidade	5.237.307	4.888.206
Depósitos à ordem e a prazo	26.163	254.768
Outros	1.203.792	3.043.535
Total	22.960.389	28.426.441

Na rubrica Gastos financeiros estão registados na sua maioria os custos imputados à função investimentos (ver nota 22).

20. Ganhos e perdas realizados em investimentos

Os ganhos e perdas realizados por via da respetiva alienação e reajustamentos, por categoria de investimento, podem ser analisados como segue:

	Euros	
	2016	2015
Ativos disponíveis para venda	(614.813)	1.137.861
Investimentos a deter até à maturidade	(6.637)	(696)
Passivos financeiros valorizados a custo amortizado	(10.346.859)	(10.466.378)
Activos Financeiros classificados ao justo valor no reconhecimento inicial através deresultados	(638.619)	(538.842)
Outros	33.756	-
Total	(11.573.172)	(9.868.055)

21. Custos de financiamento

Durante o exercício de 2016, o Grupo registou custos de financiamento no valor de Euros 1.235.198 (2015: Euros 1.146.419), nomeadamente os custos associados às obrigações subordinadas de prazo indeterminado.

22. Gastos diversos por função e natureza

Os custos imputados às funções são analisados como segue:

	2016			2015		
	Conta técnica	Conta não técnica	Total	Conta técnica	Conta não técnica	Total
Custos com sinistros	12.682.396	-	12.682.396	12.885.016	-	12.885.016
Custos de aquisição	19.924.329	-	19.924.329	19.714.808	-	19.714.808
Custos administrativos	14.043.819	-	14.043.819	14.213.362	-	14.213.362
Custos gestão dos investimentos	2.430.357	283.135	2.713.492	1.876.498	407.846	2.284.344
Outros custos não imputados	-	4.035.575	4.035.575	-	5.234.773	5.234.773
Total	49.080.901	4.318.710	53.399.611	48.689.684	5.642.619	54.332.303

Os gastos por natureza são apresentados como segue:

	Euros	
	2016	2015
Gastos com Pessoal	28.002.802	26.789.854
Fornecimentos e serviços externos:		
Trabalhos especializados	6.039.525	7.369.948
Rendas e Alugueres	3.522.193	3.294.889
Comunicações	1.787.549	2.127.042
Conservação e Reparação	801.963	1.189.602
Publicidade e Propaganda	1.084.260	2.021.780
Deslocações, estadas e despesas de representaçã	385.871	377.260
Impressos	104.201	119.880
Material de escritório	40.042	67.567
Quotizações	206.694	216.188
Custos com cobrança de prémios	405.748	411.096
Seguros	162.693	191.805
Contencioso e Notariado	96.292	37.769
Electricidade	333.583	406.301
Limpeza, higiene e conforto	293.395	372.255
Vigilância e segurança	212.292	220.041
Outros	970.650	965.473
	16.446.951	19.388.896
Impostos e taxas	2.493.108	2.146.261
Amortizações do exercício:		
Activos Intangíveis	1.798.190	1.758.893
Activos tangíveis:		
Terrenos e Edifícios de uso próprio	1.185.690	736.188
Outros activos tangíveis	1.260.364	1.761.139
	4.244.244	4.256.220
Juros Suportados	1.520.240	1.146.419
Comissões	692.266	604.653
Total	53.399.611	54.332.303

23. Gastos com pessoal

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Grupo tinha o seguinte número de colaboradores pelas seguintes categorias profissionais:

Categoria	2016	2015
Diretor	28	29
Gestor Técnico	37	35
Gestor Operacional	20	20
Gestor Comercial	12	11
Técnico	102	114
Coordenador Operacional	81	85
Especialista Operacional	284	297
Auxiliar Geral	59	65
Estagiário	5	2
TOTAL	628	658

Os custos com pessoal são analisados como segue:

	Euros	
	2016	2015
Remunerações		
- dos órgãos sociais	1.432.705	1.259.788
- do pessoal	18.600.563	18.477.304
Encargos sobre remunerações	4.794.454	4.639.922
Benefícios pós-emprego		
- Planos de contribuição definida	311.935	280.735
- Planos de benefícios definidos	(6.566)	333.766
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	21.743	17.513
Benefícios de cessação de emprego	1.414.812	583.414
Seguros obrigatórios	521.936	531.769
Gastos de acção social	484.732	378.538
Outros gastos com pessoal	426.488	287.105
Total	28.002.802	26.789.854

24. Obrigações com benefícios dos empregados

Conforme referido nas políticas contabilísticas, o Grupo assumiu o compromisso de conceder pensões de reforma e invalidez a todos os seus trabalhadores, nos termos (i) do plano de pensões estabelecido no CCT para o setor segurador, (ii) do plano de pensões estabelecido para os membros do Conselho de Administração das subsidiárias do setor segurador e, (iii) plano de pensões estabelecido para os trabalhadores da Futuro.

Em resultado da alteração ao Contrato Constitutivo do Fundo de Pensões Lusitania, e para os participantes do Fundo, em 31 de dezembro de 2011, que aderiram ao novo CCT, o valor integralmente financiado das responsabilidades por serviços passados naquela data, foi convertido num plano de contribuição definida única, que integra atualmente o referido Fundo.

Relativamente a este valor, foi concedida garantia de capital pela entidade gestora do Fundo de Pensões Lusitania. As responsabilidades do Grupo relativas ao plano de benefícios dos Administradores e Pensionistas estão financiadas através de fundos de pensões.

Os principais pressupostos considerados no cálculo do valor atual das responsabilidades, para 31 de dezembro de 2016 e 2015, são os seguintes:

Pressupostos Demográficos	2016	2015
Tábua de Mortalidade	TV 88/90 / GKF 80	TV 88/90
Tábua de Invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Percentagem de Pré-Reformas previsíveis	0%	0%
Idade Normal de Reforma (INR)	ver Quadro 1	65 - 66 anos
Pressupostos Financeiros	2016	2015
Taxa Técnica de Desconto	1,5% - 2%	2% - 2,5%
Taxa de Rendimento do Fundo	1,5% - 2%	2% - 2,5%
Taxa de Crescimento Salarial	2%	2% - 2,5%
Taxa de Revalorização Salarial (Seg. Social)	2%	2% - 2,5%
Taxa de Crescimento das Pensões	1% - 1,25%	1,25% - 2%

Quadro 1

Data de nascimento		Idade Normal de Reforma
Desde	Até	
	31/01/1959	66
01/02/1959	31/01/1970	67
01/02/1970	31/01/1981	68
01/02/1981	31/01/1992	69
01/02/1992		70

Os pressupostos acima referidos são determinados para cada entidade incluída no perímetro do Grupo. A média das responsabilidades ascende a 10 anos.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o número de participantes abrangidos pelos planos de benefícios definidos é analisado como segue:

	2016	2015
Activos	80	90
Reformados	74	79
Pré-reformados	-	18
TOTAL	154	187

Os ativos e responsabilidades reconhecidos em balanço são analisados como segue:

	Euros	
	2016	2015
Activos / (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço		
Responsabilidades em 31 de Dezembro		
Pensionistas	(2.761.597)	(2.880.294)
Activos	(6.411.318)	(8.311.895)
	(9.172.915)	(11.192.189)
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	7.642.599	9.346.439
Activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro	(1.530.316)	(1.845.750)

No final de 2016 e de 2015, a evolução das responsabilidades é analisada como segue:

	Euros	
	2016	2015
Responsabilidades em 1 de Janeiro	11.192.189	11.677.000
Custo do serviço corrente	164.507	154.351
Custo dos juros	164.958	245.369
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	181.088	(193.166)
Liquidação do benefício CCT	(728.019)	(645.880)
Benefícios pagos	(1.801.808)	(277.790)
Responsabilidades serviços passados Sinapsa	-	164.178
Pré-reformas	-	68.127
Responsabilidades em 31 de Dezembro	9.172.915	11.192.189

A evolução dos ativos dos fundos de pensões, que financiam planos de benefícios definidos, nos exercícios de 2016 e 2015 pode ser analisada como segue:

	Euros	
	2016	2015
Saldo do fundo em 1 de Janeiro	9.346.439	9.284.193
Rendimento esperado	163.794	197.508
Ganhos e (perdas) actuariais	(274.508)	(132.168)
Transferências	-	100.751
Contribuições	208.682	173.945
Benefícios pagos	(1.801.808)	(277.790)
Saldo do fundo em 31 de Dezembro	7.642.599	9.346.439

Os ganhos e perdas actuariais em 2016 e 2015 são apresentados como segue:

	Euros	
	2016	2015
Desvios reconhecidos nas reservas em 1 de Janeiro	(1.007.058)	(1.068.056)
Ganhos e (perdas) actuariais		
- nas responsabilidades	(181.088)	193.166
- nos activos do plano	(274.508)	(132.168)
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de Dezembro	(1.462.654)	(1.007.058)

Os ativos e passivos líquidos são apresentados são analisados como segue:

	Euros	
	2016	2015
Activos/ (Passivos) a receber ou entregar em 1 de Janeiro	(1.845.750)	(2.392.807)
Ganhos e (perdas) actuarias das responsabilidades	(181.088)	193.166
Ganhos e (perdas) actuariais dos fundos	(274.508)	(132.168)
Encargos do ano:		
- Custo do serviço corrente	(164.507)	(154.351)
- Custo/(proveito) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	(1.164)	(47.861)
Responsabilidades serviços passados Sinapsa	-	(63.427)
Liquidação do benefício do CCT	728.019	645.880
Contribuições	208.682	173.945
Pré-reformas	-	(68.127)
Activos/ (Passivos) a receber ou entregar em 31 de Dezembro	(1.530.316)	(1.845.750)

O custo do exercício com benefícios pós emprego pode ser analisado como segue:

	Euros	
	2016	2015
Custo do serviço corrente	164.507	154.351
Custo/(proveito) dos juros líquidos no saldo da cobertura das responsabilidades	1.164	47.861
Responsabilidades serviços passados Sinapsa	-	63.427
Pré-reformas	-	68.127
Custos do exercício	165.671	333.766

Os ativos dos fundos de pensões podem ser analisados como segue:

	Euros	
	2016	2015
Acções e outros títulos de rendimento variável	1.081.766	960.141
Títulos de rendimento fixo	6.243.254	6.847.259
Depósitos em instituições de crédito e Devedores do fundo	2.173.630	3.348.374
	9.498.650	11.155.774

Os ativos dos fundos de pensões acima evidenciados incluem uma quota-parte relativa ao plano de contribuição definida da Lusitania que ascende a Euros 1.856.051 (2015: Euros 1.809.334).

De referir que a composição da carteira de investimentos do fundo não inclui ativos do Grupo.

A análise de sensibilidade à variação de pressupostos, nos termos do disposto da IAS 19, com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015, é a seguinte:

	2016		2015		Euros
	Impacto das alterações dos pressupostos financeiros		Impacto das alterações dos pressupostos financeiros		
	-0,25%	+0,25%	-0,25%	+0,25%	
	Euros	Euros	Euros	Euros	
Taxa de desconto	113.708	(108.909)	155.338	(148.982)	
Taxa de crescimento dos salários	(14.623)	15.570	(16.649)	17.639	
Taxa de crescimento das pensões	(87.813)	90.872	(88.355)	91.140	
Taxa de crescimento das pensões da segurança social	3.433	(3.439)	5.150	(5.669)	
	Impacto das alterações de pressupostos demográficos		Impacto das alterações de pressupostos demográficos		
	-1 ano	+1 ano	-1 ano	+1 ano	
	Euros	Euros	Euros	Euros	
Alteração da tábua de mortalidade	264.662	(253.889)	218.020	(170.295)	

Plano Individual de Reforma (PIR)

Foi constituído junto da Lusitania Vida uma apólice seguro de grupo, denominada Plano Individual de Reforma, para garantir o estipulado no contrato coletivo de trabalho, para a atividade seguradora, publicado no BTE n.º 2, de 15 de janeiro de 2012. No exercício de 2016, o montante das contribuições efetuadas ascendeu a Euros 243.926 (2015: Euros 280.735).

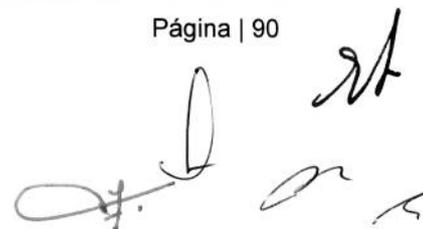
O valor da quota-parte do Fundo de Pensões Lusitania relativa ao Plano de Contribuição Definida, ascende a Euros 1.962.282, e inclui, com referência a 31 de dezembro de 2016, 348 participantes ativos.

Sinapsa

Como resultado de uma ação interposta pelo SINAPSA-Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, que contestava a caducidade do Contrato Coletivo de Trabalho anterior, o Supremo Tribunal de Justiça confirmou a decisão de primeira instância, indeferindo assim o recurso apresentado pela APS-Associação Portuguesa de Seguradores. Esta decisão implica a manutenção do anterior contrato aos associados do SINAPSA, que exerceram a opção pelo novo contrato, a mesma deixou de ser válida, pelo que se deve manter a aplicação do Contrato Coletivo de Trabalho de 2008.

Face a esta nova realidade, e para salvaguardar a reposição dos benefícios o Grupo procedeu ao reconhecimento desta responsabilidade.

25. Outros rendimentos e gastos técnicos



Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os outros rendimentos e gastos técnicos são analisados como segue:

	Euros	
	2016	2015
Reavaliação de imóveis de rendimento	65.700	1.437.523
Outros rendimentos / gastos técnicos	263.831	(4.100.847)
Total	329.531	(2.663.324)

26. Outros rendimentos e gastos não técnicos

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, os outros rendimentos e gastos não técnicos são analisados como segue:

	Euros	
	2016	2015
Ofertas a Clientes	(208.440)	(242.312)
Despesas confidenciais	(11.204)	(6.171)
Valia por alienação de activos tangíveis	(94.069)	(1.110.346)
Prestação de serviços da actividade de fundos de pensões	6.911.332	8.629.927
Outros rendimentos/gastos	(4.696.054)	(5.864.736)
Total	1.901.565	1.406.362

27. Capital

Em 27 de dezembro de 2013, a Montepio Seguros foi constituída com o capital social de Euros 72.500.000 representado por 72.500.000 ações de valor nominal de 1 euro cada. O capital social foi realizado em espécie e em dinheiro no montante de Euros 72.499.996 e Euros 4, respetivamente.

Na mesma data, foi efetuado um aumento de capital no montante de Euros 65.250.000 representado por 65.250.000 ações de valor nominal de 1 euros cada. O capital social foi realizado, integralmente, em espécie.

O capital da Montepio Seguros, S.G.P.S. S.A., de Euros 137.750.000, representado por 137.750.000 ações de valor nominal Euros 1 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

Os acionistas da Montepio Seguros são como segue:

ACIONISTA	Quant. Acções	Capital Subscrição	Quant. Votos	% CAPITAL
Montepio Geral - Associação Mutualista	123.349.998	123.349.998	123.349.998	89,6
Lusitania, Companhia de Seguros, SA	11.500.001	11.500.001	11.500.001	8,3
Lusitania Vida, Companhia de Seguros, SA	2.900.001	2.900.001	2.900.001	2,1

Em 30 de dezembro de 2015, o MGAM adquiriu à CEMG 33,65% da participação na Montepio Seguros pelo preço de Euros 65.100.000, que inclui Euros 18.750.000 de prestações acessórias anteriormente efetuadas pela CEMG a esta entidade.

Em 28 de Dezembro de 2016, o MGAM adquiriu à Futuro, 3,26% da participação na Montepio Seguros pelo preço de Euros 1.489.824.

Outros instrumentos de capital

Em 31 de dezembro de 2014, os outros instrumentos de capital são relativos a prestações acessórias concedidas pelos Acionistas MGAM e CEMG, nos montantes de Euros 61.750.001 e Euros 18.750.000, respetivamente.

Em 11 de Setembro de 2015, o MGAM concedeu prestações suplementares de capital de natureza pecuniária à Montepio Seguros, no montante de Euros 55.000.000.

Como atrás referido, em 30 de dezembro de 2015, as prestações acessórias anteriormente efetuadas pela CEMG passaram para o MGAM.

28. Reservas**a) Reservas de reavaliação**

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

A reserva de reavaliação é analisada como segue:

	Euros	
	2016	2015
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda (incluindo juro corrido)	638.550.083	605.427.022
Imparidade	(9.535.252)	(7.948.526)
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda líquido de imparidade	629.014.831	597.478.496
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	653.883.143	625.007.402
Reserva de justo valor de investimentos disponíveis para venda	24.868.312	27.528.906
Reserva de justo valor de títulos reclassificados para investimentos a deter até à maturidade	(4.318.300)	(5.747.519)
Reserva de justo valor	20.550.012	21.781.387
Participação nos resultados a atribuir ("shadow")	(7.914.135)	(8.743.285)
Impostos diferidos e correntes	(3.372.898)	(3.449.508)
Reserva de revalorização de outros ativos	14.581	14.581
Reserva de reavaliação (líquida de impostos)	9.277.560	9.603.176
Reserva de reavaliação de interesses que não controlam (líquida de impostos)	(28.104)	(55.384)
Reserva de reavaliação atribuível (líquida de impostos)	9.305.664	9.658.659

b) Reservas por impostos diferidos e correntes

A reserva por impostos diferidos corresponde aos movimentos de impostos resultantes de diferenças temporárias reconhecidas no capital próprio, determinadas de acordo com os critérios descritos nas políticas contabilísticas. Adicionalmente, de acordo com a legislação fiscal em vigor, tendo em conta que os ganhos/(perdas) não realizados relativos a ativos financeiros afetos a carteiras com participação nos resultados discricionária são tributáveis, o imposto corrente associado a estas variações de justo valor é igualmente reconhecido nesta reserva.

c) Outras Reservas

Nesta rubrica estão registadas as Reservas, as quais resultam de resultados apropriados, não necessários para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados e não distribuídos aos acionistas.

29. Resultados por ação

Os resultados por ação básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (resultado líquido do exercício, após dedução dos dividendos preferenciais) pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação, excluindo o número médio de ações próprias detidas pelo Grupo.

	Euros	
	2016	2015
Resultado líquido atribuível aos accionistas (euros)	(7.233.814)	(22.331.878)
Número médio ponderado das acções em circulação (unidades)	137.750.000	137.750.000
Resultado por acção atribuível aos accionistas (euros)	(0,05)	(0,16)

30. Transações entre partes relacionadas

Conforme definido na IAS 24, são consideradas partes relacionadas da Montepio Seguros as (i) empresas subsidiárias; (ii) as empresas subsidiárias e associadas da Montepio Geral Associação Mutualista; (iii) os membros do Conselho de Administração e dos elementos chave de gestão; e, (iv) fundo de pensões. São considerados elementos chave de gestão os diretores de primeira linha. Para além dos membros do Conselho de Administração e dos elementos chave de gestão são igualmente consideradas partes relacionadas as pessoas que lhes são próximas e entidades por eles controladas ou cuja gestão exercem influência significativa.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Caixa Económica Montepio Geral detém um empréstimo obrigacionista subordinado com o valor nominal de Euros 2.500.000, emitido pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Montepio Geral – Associação Mutualista detém dois empréstimos obrigacionistas subordinados com o valor nominal de Euros 38.500.000 e 21.000.000, respetivamente (ver nota 7).

Em 28 de Dezembro de 2016, o Montepio Geral – Associação Mutualista adquiriu à Futuro, 3,26% da participação na Montepio Seguros pelo preço de Euros 1.489.824.

As operações financeiras e económicas entre as partes relacionadas podem ser analisadas como segue:

	Euros				
	2016				
	Caixa Económica Montepio Geral	Montepio Geral Associação Mutualista	Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	14.089.051	-	-	-	14.089.051
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	47.995	-	47.995
Activos disponíveis para venda	32.052.069	-	790.602	17.451	32.860.122
Empréstimos e contas a receber	13.881.226	-	-	-	13.881.226
Outros devedores	42.000	1.489.824	-	885.284	2.417.108
Total do Activo	60.064.346	1.489.824	838.597	902.736	63.295.602
Passivos subordinados	2.500.000	38.500.000	-	-	41.000.000
Outros credores	4.079.163	-	-	251.970	4.331.133
Total do Passivo	6.579.163	38.500.000	-	251.970	46.331.133
Rendimentos e outros proveitos	5.377.990	216.000	240.000	2.847.318	8.681.308
Custos aquisição	12.342.861	-	1.000	-	12.343.861
Outros custos	2.040.613	1.816.415	-	1.135.634	4.992.662
Total de Ganhos e Perdas	(9.005.484)	(1.600.415)	239.000	1.711.684	(8.665.216)

2016						Euros
	Caixa Económica Montepio Geral	Montepio Geral Associação Mutualista	Bolsimo - Gestão de Activos, S.A.	Outros	Total	
Caixa e seus equivalentes	26 038 227	-	-	-	26 038 227	
Activos disponíveis para venda	31 101 839	-	508 935	2 613 885	34 224 658	
Empréstimos e contas a receber	10 538 477	5 109 735	-	-	15 648 212	
Outros devedores	47 029	-	-	27 961	74 989	
Total do Activo	67.726.672	5.109.735	608.935	2.641.846	75.986.087	
Passivos subordinados	2 500 000	21 000 000	-	-	23 500 000	
Outros credores	1 154 996	-	-	1 265 466	2 420 462	
Total do Passivo	3.654.996	21.000.000	-	1.265.466	25.920.462	
Rendimentos	27 076 315	1 336 000	607 526	103 485	29 123 327	
Ganhos líquidos	-	-	-	-	-	
Custos aquisição	9 851 459	-	-	-	9 851 459	
Outros custos	2 383 191	5 204 480	-	97 004	7 684 675	
Dividendos Pagos	-	-	-	-	-	
Total de Ganhos e Perdas	14.841.665	(3.868.480)	607.526	6.482	11.587.192	

Os Órgãos Sociais da Montepio Seguros SGPS, SA, com responsabilidades de gestão não auferem de qualquer tipo de remuneração. As remunerações e encargos do Conselho de Administração e outra pessoal chave da gestão referem-se a retribuições pagas pelas empresas participadas e são analisadas como segue:

Euros			
	Conselho de Administração	Outro pessoal chave da gestão	Total
Remunerações e outros benefícios a curto prazo	1.785.832	237.136	2.022.968
Total	1.785.832	237.136	2.022.968

Os honorários faturados, excluindo o IVA, ao Grupo pelo Revisor Oficial de Contas são detalhados como segue:

Euros		
	2016	2015
Revisão Legal das Contas	188.275	188.275
Outros Serviços de garantia de fiabilidade	71.620	56.113
Auditoria aos fundos de pensões geridos pelo Grupo	67.088	53.740
Total	326.983	298.128

31. Compromissos

Durante o ano de 2016, os montantes registados relacionados com compromissos de locação operacional, relativos ao aluguer de viaturas sem condutor, foram os seguintes:

Euros		
Contratos de locação operacional	2016	2015
Valor dos contratos reconhecidos	1.389.111	1.592.962
Obrigações futuras até 1 ano	561.060	73.104
Obrigações futuras de 1 - 5 anos	747.095	1.481.729

O Grupo registou ainda durante o ano de 2016, montantes relacionados com compromissos de locação operacional, relativos ao aluguer de equipamento informático, como segue:

Contratos de locação operacional	Euros	
	2016	2015
Valor dos contratos reconhecidos	503.488	133.362
Obrigações futuras até 1 ano	174.712	162.016
Obrigações futuras de 1 - 5 anos	328.776	249.035

As responsabilidades com créditos em regime de factoring ascendem em 2016 a Euros 2.665 (2015: Euros 52.244).

32. Passivos contingentes

As responsabilidades com garantias bancárias ativas em 2016 ascendiam a Euros 5.945 milhares: (i) processos fiscais Euros 5.923 milhares (ver nota 16. Imposto sobre o rendimento) e, (ii) processos de sinistros Euros 22 milhares (incluídos nas provisões para sinistros, avaliadas pelo atuário responsável).

Em virtude da adesão ao PERES (nota 16. Imposto sobre o rendimento), em janeiro de 2017 as garantias bancárias para processos fiscais foram canceladas na sua totalidade, por extinção da dívida fiscal.

Na sequência da aquisição da Real Seguros, o Grupo encontra-se a acompanhar e monitorar a evolução dos seguintes processos/passivos contingentes:

Processo SMN

A Real Seguros celebrou com o Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados do Banco Efisa – Dinamização e Competitividade Empresarial (Fundo), um contrato através do qual o Fundo detinha uma opção de venda à Real Seguros de 8.073 ações da SMN – Serviços Médicos Noturnos, SA (SMN), exercível entre 31 de março de 2008 e 31 de maio de 2009, por um preço a ser determinado por uma entidade escolhida por mútuo acordo. Em função da inexistência de valor económico para a SMN, é convicção da Administração do Grupo que o desenvolvimento deste processo não implicará o registo de gastos significativos para o Grupo.

33. Fundos de pensões sob gestão do Grupo

O Grupo, através da Lusitania Vida e da Futuro, exerce a atividade de gestão de fundos de pensões. Os ativos sob gestão com referência a 31 de dezembro de 2016 e 2015 são analisados como segue:

	Euros	
	2016	2015
Fundos abertos	354.253.467	346.855.936
Fundos fechados	1.141.087.462	1.067.773.523
Total	1.495.340.929	1.414.629.459

34. Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

35. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Montepio Seguros aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras são as seguintes:

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB, emitiu em 21 de Novembro de 2013, com data efetiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014. Esta alteração foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efetuadas pelos empregados ou por terceiras entidades, ligadas aos serviços exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efetuadas por empregados ou por terceiras entidades, ligadas ao serviço que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

A Montepio Seguros não teve qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Fevereiro de 2015).

- IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (vesting)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição (vesting) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Ações, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da condição de aquisição, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

- IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais



O objetivo da alteração visa clarificar certos aspetos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de atividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um ativo ou passivo não-financeiro.

- IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos ativos dos segmentos reportáveis e os ativos da empresa.

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os fatores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos ativos dos segmentos reportáveis para o total dos ativos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

- IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39 não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor atual de uma conta a receber ou pagar no curto prazo, cuja fatura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o parágrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

- IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depender da seleção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada ser calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

- IAS 24 – Transações com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP) quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

A Montepio Seguros não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de Dezembro de 2015.

- IFRS 5 Ativos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações Descontinuadas: Alterações no Método de Disposição

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um ativo (ou um grupo em descontinuação) diretamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração dos resultados ou na demonstração do rendimento integral.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: contratos de Serviços Prestados

As alterações à IFRS 7 clarificam - adicionando orientação de aplicação adicional - quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Aplicabilidade das Emendas à IFRS 7 na compensação de ativos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em Dezembro de 2011 pelas alterações ao IFRS 7 - compensação de ativos e passivos financeiros – não são necessárias em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

- IAS 19 Benefícios dos Empregados: Taxa de desconto: emissão mercado regional

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto deve ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado ativo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

- IAS 34 Relato Financeiro Intercalar: Divulgação de informações "em outras partes do relatório financeiro intercalar "

As alterações esclarecem que “outras divulgações” exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco) que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos que as demonstrações financeiras intercalares e, ao mesmo tempo.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação, incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

A Montepio Seguros não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27: Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas

O IASB, emitiu, em 12 de Agosto de 2014, alterações à IAS 27, com data efetiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela



mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de Dezembro de 2015.

A Montepio Seguros não adotou nas suas contas separadas esta opção.

Exceção à consolidação (alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28)

O IASB emitiu em 18 de Dezembro de 2014 e aplicável aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 as alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28, Entidades de Investimento: Aplicação da exceção de consolidação, permitindo que entidades de investimento possam ficar isentas de consolidação desde que verificados determinados requisitos.

Estas alterações foram adotadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1703/2016, de 22 de Setembro de 2016.

Estas alterações não são aplicáveis à Montepio Seguros.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicáveis aos períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas ("Bearer Plants") (emitida em 30 de Junho e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de Novembro);
- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de Maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de Dezembro);
- Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de Maio e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de Novembro).
- Alterações à IAS 1. Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de Dezembro e adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2406/2015, de 18 de Dezembro).

A Montepio Seguros não teve qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

A Montepio Seguros decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações, adotadas pela União Europeia:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2067/2016, de 22 de Novembro de 2016 (definindo a entrada em vigor o mais tardar a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em ou após de 1 de Janeiro de 2018).

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9

(2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado, justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI) e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objetivo é deter o ativo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados, por tais investimentos, são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os ativos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de trading, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um ativo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias atualmente existentes na IAS 39 de “detido até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com exceção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.



A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em "perdas esperadas" que substituirá o atual modelo baseado em "perdas incorridas" previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

Caso o risco de crédito aumente significativamente, o ativo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respetiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que atualmente se designa por "prova objetiva de imparidade"), a imparidade acumulada é afeta diretamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respetivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de Janeiro de 2018.

Alterações à IFRS 4: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros com a IFRS 4: Contratos de Seguro (emitida em 12 de Setembro de 2016) permite que uma seguradora, que cumpra determinados critérios especificados, adote uma exceção temporária à IFRS 9 e mantenha a aplicação da IAS 39 até 1 de Janeiro de 2021.

A Companhia iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das atividades da Companhia, é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB, emitiu, em 28 de Maio de 2014, a norma IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes. A IFRS 15 foi adotada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1905/2016, de 22 de Setembro de 2016. Com aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

A sua adoção antecipada é permitida. Esta norma revoga as normas IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Rédito, IFRIC 13 - Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 - Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 - Transferências de Ativos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transações de Troca Direta Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito de ver reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou

Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Montepio Seguros encontra-se ainda a avaliar os impactos decorrentes da adoção desta norma.



Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efetivas para a Montepio Seguros*IFRS 14 Contas Diferidas Regulatórias*

O IASB emitiu em 30 de Janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adota pela primeira vez as IFRS e tem atividade com tarifa regulada. A Comissão Europeia decidiu não iniciar o processo de adoção desta norma interina e esperar pela norma final.

A presente norma não é aplicável à Montepio Seguros.

IFRIC 22 – Transações em moeda estrangeira e contraprestação de adiantamentos

Foi emitida em 8 de Dezembro de 2016 a interpretação IFRIC 22, com data de aplicação obrigatória para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2018.

A nova IFRIC 22 vem definir que, tendo existido adiantamentos em moeda estrangeira para efeitos de aquisição de ativos, suporte de gastos ou geração de rendimentos, ao aplicar os parágrafos 21 a 22 da IAS 21, a data considerada de transação para efeitos da determinação da taxa de câmbio a utilizar no reconhecimento do ativo, gasto ou rendimento (ou parte dele) inerente é a data em que a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário resultante do pagamento ou recebimento do adiantamento na moeda estrangeira (ou havendo múltiplos adiantamentos, as taxas que vigorarem em cada adiantamento).

A Montepio Seguros não espera que ocorram alterações significativas na adoção da presente interpretação.

IFRS 16 - Locações

O IASB, emitiu, em 13 de Janeiro de 2016, a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019. A sua adoção antecipada é permitida desde que adotada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 retira a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de ativos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A Montepio Seguros não antecipa qualquer impacto na aplicação desta norma.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB:

- Em 19 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2017, alterações à IAS 12 que visaram clarificar os requisitos de reconhecimento de ativos por impostos diferidos para perdas não realizadas para resolver divergências praticadas.
- Em 29 de Janeiro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de Janeiro de 2017, alterações à IAS 7, iniciativa de divulgações, exigindo às empresas prestação de informação sobre alterações nos seus passivos financeiros proporcionando informação que auxilie os investidores na compreensão do endividamento das empresas.

- Em 20 de Junho de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2018, alterações à IFRS 2 – Classificação e Mensuração de Transações com pagamentos baseados em ações.
- Em 8 de Dezembro de 2016 e aplicável aos períodos que se iniciam em, ou após 1 de Janeiro de 2018, alterações à IAS 40 – Transferência de propriedades de investimento clarificando o momento em que a entidade deve transferir propriedades em construção ou desenvolvimento de, ou para, propriedades de investimento quando ocorra alteração no uso de tais propriedades que seja suportado por evidência (além do listado no parágrafo 57 da IAS 40).
- Os melhoramentos anuais do ciclo 2014-2016, emitidos pelo IASB em 8 de Dezembro de 2016 introduzem alterações, com data efetiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2018 às normas IFRS 1 (eliminação da exceção de curto prazo para aplicantes das IFRS pela primeira vez) e IAS 28 (mensuração de uma associada ou joint venture ao justo valor) e com data efetiva em, ou após, 1 de Janeiro de 2017 à norma IFRS 12 (clarificação do âmbito de aplicação da norma).

A Montepio Seguros não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.



Anexo I – Inventário de títulos e participações financeiras



Código	Identificação dos títulos		Quantidade	Montante do valor nominal	% do Valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de Balanço		
	Designação							Unitário	Total	
1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS										
1.1 - Nacionais										
1.1.1 - Partes do capital em empresas do grupo										
920910022001		Clinica Serviços Médicos Computorizados de Belém		51.465	-	100,00%	4,99	256.706	4,99	256.706
11			Sub-total	51.465				256.706		
1.2 - Estrangeiros										
1.2.1 - Obrigações de empresas do grupo										
12			Sub-total	-			-	-		-
11*12			Total	51.465				256.706		256.706
2 - OUTROS TÍTULOS										
2.1 - Nacionais										
2.1.1 - Títulos de rendimento fixo										
2.1.1.1 - De dívida pública										
PT05050E0007		OT 4 1% 15/04/2037		32.789.000	100,00%	102,56%	33.627.365	98,82%		32.400.630
PT05050E0020		OT 4 1 15/02/2045		7.500.000	100,00%	113,04%	8.478.300	94,70%		7.102.194
PT05050E0029		OT 4 8 15/06/2020		2.887.000	100,00%	90,22%	24.203.139	97,05%		26.033.094
PT05050E0011		OT 2 875 15/10/2025		26.825.360	100,00%	99,61%	2.875.808	95,48%		2.756.400
PT05050E0027		OT 4 75 Junho 2019		15.300.000	100,00%	90,63%	13.866.105	100,69%		15.404.528
PT05050E0018		OT 4 45 15/06/2018		7.350.000	100,00%	96,21%	7.071.377	99,82%		7.336.772
PT05050E0015		OT 5 65 02/15/2024		19.000.000	100,00%	114,09%	21.677.405	119,44%		22.693.579
PT05050E0014		PGB 3 875 02/15/2030		7.800.000	100,00%	99,12%	7.731.073	99,16%		7.734.770
PT05050E0013		PGB 2 20% 17/10/2022 - Tx. 2 20% (1º PAG JUROS 09/09/2015)		400.000	100,00%	101,78%	407.126	99,16%		396.628
PT05050E0012		PGB 2 875 07/21/26		14.000.000	100,00%	98,15%	13.740.844	94,25%		13.194.697
PT05050E0007		OT Abril 3 85% 2021		16.309.000	100,00%	94,80%	15.461.207	95,26%		15.835.787
PT05050E0006		PGB 2 11/03/21		605.000	100,00%	100,28%	606.722	101,19%		612.193
			Sub-total	150.766.360			149.746.670			151.201.652
2.1.1.2 - De emissores públicos										
PTCFPAOM0002		CP Comboios de Portugal 4 17 10/19		9.300.000	100,00%	99,84%	9.182.104	89,55%		8.328.166
PTCCZYOE0001		Caixa Geral Depósitos 4 25 2020		5.500.000	100,00%	99,06%	5.448.465	94,66%		5.217.047
PTPEPLJOM0018		PARPUBLICA 3 75 07/05/2021		900.000	100,00%	107,45%	967.089	105,30%		947.700
XS0230315748		PARPUBLICA 3 567 09/22/20		900.000	100,00%	98,98%	6.186.284	94,16%		5.885.208
			Sub-total	21.890.000			21.793.942			20.378.121
2.1.1.3 - De outros emissores										
902023429901		Montepio Obrigações Caixa Subordinadas		4.168.000	100,00%	75,32%	3.139.338	92,19%		3.842.331
PTBENJOM0015		BANCO ESPÍRITO SANTO SA-4 75%-15 01 2016		500.000	100,00%	68,52%	452.606	0,00%		-
PTBITOM0057		BGPLL 3 375 27/02/17 - Tx. 3 38%		200.000	100,00%	102,92%	205.839	101,85%		203.694
PTBSSBOE0012		Bnia 3 875 01/04/2021		3.000.000	100,00%	100,72%	3.021.480	116,03%		3.460.807
PTBSSBOE0009		BRCOR 6 875% 04/02/2018		1.000.000	100,00%	106,47%	1.064.666	113,53%		1.135.311
PTCKMLJE0004		C E Montepio Geral Obrig. Subordinadas		21.567.000	100,00%	96,98%	20.722.122	91,46%		19.724.940
PTCKMJOE0001		Montepio Rendimento Top 27sene		8.515.000	100,00%	90,41%	7.697.996	98,56%		8.392.209
PTCONJOE0006		CONSOLIDADO - 1943(2,75%)		8.475	100,00%	49,00%	4.153	65,22%		5.561
PTCONM0E0005		CONSOLIDADO Centenários - 1940(4%)		3.931	100,00%	57,04%	2.242	90,00%		3.537
PTPEDEMO0020		REFER 4 25% 12/13/2021		200.000	100,00%	108,30%	216.610	105,40%		210.797
PTPECHOM0006		REFER 5 875 02/19		1.000.000	100,00%	102,71%	1.027.100	103,43%		1.034.344
PTPEJOM0004		Refn 4 675 10/24		9.000.000	100,00%	100,13%	8.010.160	89,17%		6.973.895
PTEDPAOM0009		EDP (ACC)	460	-	100,00%	310,80%	1.430	289,40%		1.331
PTEDPJOM0024		EDOPL 5 375 16/09/2075		2.600.000	100,00%	103,41%	2.688.712	108,99%		2.823.425
PTGALF0E0032		GALPL Flot 03/09/18		1.300.000	100,00%	103,00%	1.339.000	102,85%		1.336.986
PTGALJ0E0008		GALPR 4 125 2019		7.000.000	100,00%	100,24%	7.017.010	110,38%		7.726.757
PTGGDA0E0001		GALP ENERGIA 3% 01/14/2021		1.000.000	100,00%	99,18%	11.804.131	107,65%		12.594.875
PTGDF0E0000		GALPNA 1 375 09/19/23		200.000	100,00%	99,66%	199.310	99,16%		196.312
PTJCSM0009		PESTANA 3 95 07/22		3.200.000	100,00%	99,24%	3.175.680	100,70%		3.222.529
PTJRPE0E0000		PORTUGAL TELECOM (ACC)	453	-	100,00%	213,21%	966	20,60%		93
PTKQSAJOM0029		QUÍFEL HOLDING SGPS SA - EM3 04/09/2014 - 31/08/2015		2.100.000	100,00%	100,00%	2.100.000	26,61%		558.799
PTRELB0E0017		REN-REDES ENERG NAC-4 125%-31 01 2018		900.000	100,00%	100,54%	904.956	103,90%		935.145
PTSDRA0E0004		SAUDCR FLT 17		900.000	100,00%	100,02%	900.140	101,80%		916.167
		Consolidado 3%		136	100,00%	0,00%	-	-		224
		Consolidado 4%		100	100,00%	0,00%	-	-		369
		Obrigações de várias entidades de valor reduzido		-	-	-	-	-		-
			Sub-total	913		78.062.641	75.535.636			233.115
211			Sub-total	913		250.778.001	247.076.048			75.856.861
										247.138.323
2.1.2 - Títulos de rendimento variável										
2.1.2.1 - Ações										
721910048601		SLN VAL	2.625.000	-	100,00%	0,10	262.500	-		-
721910048701		GALILEI	2.008.212	-	100,00%	0,12	231.617	-		-
722910042601		Gemont - Empreendimentos Imobiliarios SA	101	-	100,00%	99,03	10.002	50,52		5.102
722910042701		Botismo - Gestão de Activos SA	70.496	-	100,00%	7,48	527.364	87,71%		536.580
920910022101		Clinica de Santa Maria de Belém, SA	12.160	-	100,00%	95,89	1.166.002	65,01		790.531
921910003001		AUDATEX	100	-	100,00%	7,48	527.364	7,61		536.580
921910012201		EUROMINAS	13	-	100,00%	4,99	65	301,76		30.176
921910013001		MATUR Portador	90	-	100,00%	9,98	898	-		-
921910024801		INTERHOTEL	10	-	100,00%	4,99	50	-		-
921910024901		REGIS HOTEIS	471	-	100,00%	21,18	9.976	-		-
925910032601		Residencias MG-Serviços de Saude SA	233	-	100,00%	0,57	133	0,62		145
935930005001		MERCAPITAL	45.610	-	100,00%	102,54	4.676.799	28,96		1.320.856
952910057301		Montepio Gestao de Activos Imobiliarios ACE	85.740	-	100,00%	1,00	85.740	1,00		85.740
PTCTT0AM0001		CTT - Correios de Portugal, SA	77.000	-	100,00%	7,37	567.863	6,44		495.880
PTZONDAM0006		ZON MULTIMEDIA SGPS	63	-	100,00%	4,34	273	5,63		355
		Solução	16.050	-	100,00%	165,01	2.650.000	-		-
		Ações várias		-	-	-	-	-		-
		Ações EDP	1.275	-	100,00%	-	-	2,93		3.729
		SPE	486	-	100,00%	-	-	2,86		1.392
			Sub-total	4.943.120			10.214.222			3.331.038
2.1.2.2 - Unidades de Participação										
PTARMAME0005		ALVES RIBEIRO - M&A EMPRESAS PORTUGUESAS	1.500	-	100,00%	49,88	74.820	45,89		68.842
PTCMXJUM0015		FUNDO DE PARTICIPAÇÃO GEMG	719.334	-	100,00%	0,83	665.456	0,42		302.340
PTMGF0AM0006		MG GESTÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS	30	-	100,00%	-	-	2,50		76
PTNOFAM0008		Vision Escritorios - F I Imob	400.000	-	100,00%	4,67	1.868.182	3,79		1.516.175
PTNDF0AE0009		LOGÍSTICA E DISTRIBUIÇÃO	50.000	-	100,00%	5,01	250.500	3,09		154.500
PTYPAHAM0005		VIP	36.770	-	100,00%	-	-	9,42		346.208
PTYBGAM0007		INOREAL	73.213	-	100,00%	94,86	6.944.719	68,22		4.848.289
PTYCXTHM0007		FUNDIMO	1.000	-	100,00%	5,10	5.103	7,05		7.047
PTYMBHLM0004		Novmover	467	-	100,00%	-	-	6,76		3.156
PTYVGHLM0004		Montepio Ac. Europa	2.457	-	100,00%	47,48	116.651	46,09		113.252
		FCT	2.268	-	100,00%	1,00	2.268	1,00		2.268
			Sub-total	1.287.039			9.927.687	20.141.919		10.693.190
212			Sub-total	6.230.158			267.217.966			7.362.152
211*212			Total	6.231.072		250.778.001				16.993.190



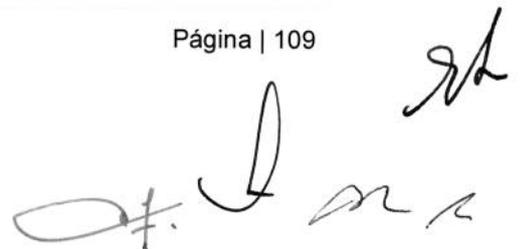
Table with columns for financial codes, descriptions, and values. Major sections include '2.2 - Empréstimos', '2.2.1 - Títulos de rendimento fixo', and '2.2.1.1 - De dívida pública'. It contains hundreds of rows of data for various government and corporate bonds, ending with sub-totals for each section.

2.2.2 - Títulos de rendimento variável								
2.2.2.1 - Ações								
921810000801	MOÇAMBIQUE - Companhia de Seguros	179.669	-	100,00%	3,61	648.545	1,54	276.757
922910037101	ACÁCIA BAHREIN	7.721.250	-	100,00%	0,73	5.640.370	0,60	4.616.352
E50113056008	BANCO MARE NOSTRUM SA	104.328	-	100,00%	1,79	186.293	1,41	147.259
E50165936008	NGC BANCO	143.703	-	100,00%	1,38	197.735	1,62	232.612
X502143981199	BACR 4 75 03/29/49	-	2.000.000	100,00%	99,05%	1.981.030	96,52%	1.930.490
X50229864060	BBVA Intl Pref 3.750% Perp	-	750.000	100,00%	99,01%	742.560	85,91%	644.359
X50266971745	BBVA Intl Pref 4.952% Perp	-	1.500.000	100,00%	100,52%	1.507.755	87,92%	1.318.865
	Sub-total	8.148.950	4.280.000			10.904.288		9.166.644
2.2.2.2 - Unidades de Participação								
FR0010037234	LYX ETF EMIS 3-5Y DR	2.768	-	100,00%	154,37	427.301	153,52	424.943
GB0030276538	ARIS	131	-	100,00%	-	-	127,60	16.770
GBR12100027	THE FINE ART II L.P.	195.726	-	100,00%	0,44	85.287	0,85	166.823
GG00BYRGP065	Alternative Liquidity Fund Limited	277.620	-	100,00%	1,60	445.131	0,11	31.615
IE00B06YB805	PREFX (UPS)	1.687	-	100,00%	100,55	169.583	82,05	138.383
IE00B65SY728	Mercer Liquid Alternative Strategies Fund	31.171	-	100,00%	115,49	3.600.000	112,39	3.503.288
IE00BBPLSL15	Mercer Short Duration Global Bond Fund 1	48.494	-	100,00%	105,60	4.909.778	104,92	4.878.162
IE00BBPLSM22	Mercer Short Duration Global Bond Fund 2	47.340	-	100,00%	102,22	4.839.137	101,96	4.826.828
IE00BFTWP510	SPDR EURO STOXX LOW VOL	12.600	-	100,00%	32,89	411.143	32,62	407.750
IE00BGY64W57	Mercer Passive Global Equity Fund	103.334	-	100,00%	125,47	12.965.764	124,23	12.837.196
IE00BGY64Y71	Mercer Passive Global Equity UCITS	18.705	-	100,00%	76,81	1.436.842	103,21	1.930.567
IE00BLNFR111	Mercer Low Volatility Equity Fund	114.027	-	100,00%	114,92	13.103.585	116,56	13.290.966
IE00BP3S8S58	Mercer Short Duration Global Bond Fund 1	6.501	-	100,00%	89,22	450.000	100,73	654.832
IE00BP3S8T06	Mercer Short Duration Global Bond Fund 2	6.607	-	100,00%	68,11	450.000	99,57	657.850
IE00BRK97X06	Mercer Global Buy & Maintain Credit Fund	154.736	-	100,00%	108,46	16.782.544	104,36	16.148.290
IE00BYNFR172	Mercer Absolute Return Fixed I	90.217	-	100,00%	95,55	8.620.445	99,53	8.979.280
KY0339911232	GOTEX ABI FUND	1.980	-	100,00%	-	-	-	-
LU0011846440	BGF European €	948	-	100,00%	110,97	105.201	105,73	100.232
LU0161305759	SCHRODER INTL EU EQ	1.716	-	100,00%	62,25	106.818	65,11	116.869
LU0290355717	DBX II SOV EUROZ ETF	1.849	-	100,00%	231,19	427.466	229,59	424.512
LU0296922973	NOVENERGIA	1	-	100,00%	67.471,99	55.779	107.757,70	89.083
	Sub-total	1.116.058				69.281.806		69.624.240
	Sub-total	9.265.008	4.280.000			80.296.093		78.790.884
222								
221+222	Total	9.265.008	394.144.441			459.753.099		487.431.893
3 - TOTAL GERAL		15.647.545	644.922.442			727.227.771		745.517.112

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]



CERTIFICAÇÕES

Handwritten signatures in black ink, including a large signature on the left and a smaller one on the right.

[PÁGINA INTENCIONALMENTE DEIXADA EM BRANCO]

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized signature and several smaller initials.